



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CÁSSIA PLÁCIDO DE OLIVEIRA

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O PROJETO UNIENEM E A RELAÇÃO DE
INTEGRAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE**

FORTALEZA - CEARÁ

2019

CÁSSIA PLÁCIDO DE OLIVEIRA

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O PROJETO UNIENEM E A RELAÇÃO DE
INTEGRAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Avaliação de Instituições Públicas, Programas e Projetos Institucionais.

Orientador: Prof.^o Dr. Francisco Horácio da Silva Frota.

Coorientadora: Prof.^a Ms. Maria Andréa Luz da Silva.

FORTALEZA - CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Oliveira, Cássia Plácido de .

Extensão Universitária: O Projeto UNIENEM e a relação de integração entre universidade e sociedade [recurso eletrônico] / Cássia Plácido de Oliveira. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 109 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota..

Coorientação: Prof.ª M.ª Maria Andréa Luz da Silva..

1. Extensão Universitária. 2. Integração. 3. Universidade e Sociedade. 4. Projeto de Extensão.
I. Título.

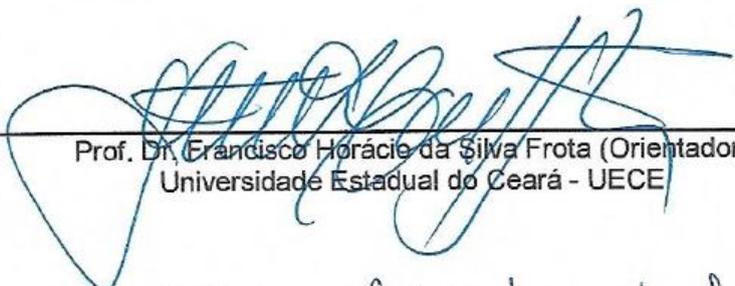
CÁSSIA PLÁCIDO DE OLIVEIRA

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O PROJETO UNIENEM E A RELAÇÃO DE
INTEGRAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

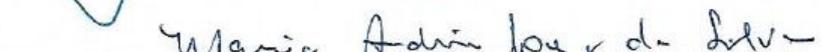
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 25/06/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.ª Ms.ª Maria Andrea Luz da Silva
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.ª Dr.ª Maria Helena de Paula Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.ª Dr.ª Neíara de Moraes Bezerra
Fundação Getúlio Vargas - FGV

Dedico este trabalho a minha avó Francisca Aldenora Plácido de Oliveira (in memoriam) e a minha mãe Teresa Plácido de Oliveira, por terem acreditado na minha capacidade de realização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser meu guia em todos os momentos da vida.

Ao meu orientador Prof.^o Dr. Francisco Horácio da S. Frota e à minha coorientadora Prof.^a MSc. Maria Andréa L. da Silva, por terem acreditado e contribuído de forma significativa com esta pesquisa.

Ao Técnico em Assuntos Educacionais e amigo incentivador desse sonho, Luiz Fernando C. Guimarães, pela significativa colaboração na construção do Projeto de Pesquisa, apresentado durante o processo de seleção do mestrado.

A Técnica em Assuntos Educacionais e amiga, Úrsula Stephanie Ferreira de Souza, pela sua colaboração na condução da discussão dos grupos focais necessários para o desenvolvimento da pesquisa e pela revisão da dissertação.

Aos colegas da Universidade Federal do Amapá, Prof.^a MSc. Sueli Andrade, Técnica em Assuntos Educacionais Thayná Costa e o Chefe da Divisão de Estrutura e Processos Organizacionais Eder Bart pelo companheirismo e apoio em vários momentos.

Aos colegas do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, pelo apoio durante o tempo que me dediquei aos estudos.

Ao Prof.^o Dr. André Guimarães, por ter contribuído de forma significativa com observações e sugestões que foram imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa.

A Universidade Federal do Amapá, por ter possibilitado essa oportunidade na formação acadêmica dos técnicos administrativos e ao Sindicato dos Técnicos Administrativos, por ter sido o principal articulador e idealizador dessa conquista da categoria.

Ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, em particular aos professores que lecionaram na turma de 2017 e contribuíram com ensinamentos valiosos e enriquecedores para minha formação.

Aos colegas da turma de 2017 do Programa de Pós-Graduação/Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, pela harmoniosa relação.

Aos professores que participaram da Banca Examinadora, pelas valiosas contribuições no processo de qualificação, que foram essenciais para a finalização da pesquisa.

RESUMO

O estudo tem como objetivo investigar o projeto de extensão UNIENEM, evidenciando a relação de integração entre universidade e sociedade, tendo como questões norteadoras: Como se dá a relação de integração entre universidade e sociedade a partir do projeto de extensão UNIENEM? Qual o papel da universidade na sociedade a fim de entender o espaço da extensão universitária? O que significa extensão universitária na relação de integração entre universidade e sociedade? Qual a percepção dos docentes, discentes, coordenador, e da diretora do departamento de extensão sobre o projeto UNIENEM e a relação de integração entre universidade e sociedade? Ao abordar estas questões, optou-se pela pesquisa empírica de caráter qualitativo, realizada por meio de um estudo de caso na Universidade Federal do Amapá, situada na cidade de Macapá, Estado do Amapá. O presente estudo pretende fazer uma reflexão sobre esta temática por meio de teóricos como: Arendt (2007), Chauí (2003), Durkheim (2007), Eltermann (2012), Fávero (2000), Foucault (2010, 2013), Freire (1980, 2003, 2013), Morin (2002), Santos (2002, 2004, 2006, 2008, 2011), Bianchetti e Sguissardi (2017), Sguissardi (2009), Cunha (2007), Leher (2015), entre outros. Algumas categorias foram abordadas de forma integradas, como: extensão universitária, relação universidade e sociedade e projeto UNIENEM. O universo da pesquisa abrangeu um projeto de extensão, na qual foram entrevistados professores monitores, discentes, coordenador e a diretora do departamento de extensão. Quanto aos instrumentos para coleta de dados, optou-se também pelo levantamento bibliográfico, grupo focal e análise documental: resolução nº 009/2006/CONSU-UNIFAP, Projeto de Extensão UNIENEM, Relatório do Projeto UNIENEM 2016/2017/2018, Plano de Extensão da Universidade Federal do Amapá, Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 e documentos externos como: Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX) 2012 e outros arquivos que viabilizaram os dados obtidos para a pesquisa.

Palavras – Chave: Extensão Universitária. Integração. Universidade e Sociedade. Projeto de Extensão.

ABSTRACT

The study aims to investigate the UNIENEM extension project evidencing the integration relationship between university and society, having as guiding questions: How does the relationship between university and society come from the UNIENEM? What is the role of the university in society in order to understand the space of university extension? What does university extension mean in the relationship between university and society? What is the perception of the teachers, students, coordinator, and the director of the extension department about the UNIENEM project and the relationship between university and society? In addressing these issues, we opted for empirical research of a qualitative nature, carried out through a case study at the Federal University of Amapá, located in the city of Macapá, Amapá State. The present study intends to make a reflection on this thematic by means of theoreticians like: Arendt (2007), Chauí (2003), Durkheim (2007), Eltermann (2012), Fávero (2000), Foucault (2010, 2013), Freire (1980, 2003, 2013), Morin (2002), Santos (2002, 2004, 2006, 2008, 2011), Bianchetti, and Sguissardi (2017), Sguissardi (2009), Cunha (2007), Leher (2015), among others. Some categories were addressed in an integrated way, such as: university extension, university and society relation and UNIENEM project. The research universe will encompass an extension project, in which monitors teachers, students, coordinator and the director of the extension department were interviewed. Regarding the instruments for data collection, we also chose the bibliographical survey, focus group and documentary analysis: resolution nº 009/2006 / CONSU-UNIFAP, UNIENEM Extension Project, UNIENEM 2016/2017/2018 Project Report, Extension Plan of the Federal University of Amapá, Institutional Development Plan 2015-2019 and external documents such as: National Policy of University Extension (FORPROEX) 2012 and other files that enabled the data obtained for the research.

KEYWORDS: University Extension. Integration. University and Society. Extension Project.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Alunos do Projeto UNIENEM.....	42
Figura 2 – Mapa do Campus Marco Zero.....	46
Figura 3 – Programa de Inclusão, Acesso e Permanência.....	51
Figura 4 – Local onde funciona a coordenação do projeto.....	67
Figura 5 – Alimentos doados ao projeto.....	75
Figura 6 – Livros doados ao projeto.....	75
Figura 7 – Doação dos alimentos a Casa da Hospitalidade.....	76
Gráfico 1 – Dados relacionados ao perfil dos alunos do cursinho em 2018.....	57
Gráfico 2 – Dados relacionados a saída dos alunos do cursinho em 2018.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONSU	Conselho Universitário
CF/1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CPV-NEGROS	Cursinho Pré - Vestibular para negros
DEX	Departamento de Extensão
DFCH	Departamento de Filosofia e Ciências Humanas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró - Reitores de Extensão
FOV	Feira de Orientação Vocacional
IES	Instituição de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
POP	Procedimento Operacional Padrão
PIAP	Programa de Inclusão, Acesso e Permanência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPG/MPPPP	Programa de Pós-Graduação/Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas
PROEAC	Pró – Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROPLAN	Pró – Reitoria de Planejamento
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SETAP	Sindicato das Empresas de Transporte de passageiros do Amapá
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIENEM	Cursinho preparatório para o ENEM
UNIMULHER	Universidade da Mulher
UFPA	Universidade Federal do Pará
UMAP	Universidade da Maturidade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA SOCIEDADE.....	17
2.1	CONTEXTO ATUAL DA UNIVERSIDADE.....	17
2.2	O MODELO DE UNIVERSIDADE BRASILEIRA.....	26
2.3	A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE.....	31
3	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A RELAÇÃO DE INTEGRAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE.....	37
3.1	EXTENSÃO, UNIVERSIDADE E SOCIEDADE.....	37
3.2	A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	40
3.3	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ.....	45
3.4	CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DA EXTENSÃO.....	52
4	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O PROJETO UNIENEM.....	56
4.1	PERCEPÇÃO SOBRE A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE.....	61
4.2	PERCEPÇÃO SOBRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE.....	67
4.3	PERCEPÇÃO SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO UNIENEM.....	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
	REFERÊNCIAS.....	92
	APÊNDICES.....	103
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	104
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO UNIENEM.....	105
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	106
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS DISCENTES QUE PARTICIPARAM DO PROJETO UNIENEM E INGRESSARAM NA UNIVERSIDADE.....	107

APÊNDICE E – ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL COM OS DISCENTES QUE PARTICIPARAM DO PROJETO UNIENEM E NÃO INGRESSARAM NA UNIVERSIDADE.....	108
APÊNDICE F – ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL COM OS PROFESSORES DO PROJETO UNIENEM.....	109

1 INTRODUÇÃO

O interesse em estudar a Extensão Universitária surgiu a partir do contato que tive com o projeto intitulado Procedimento Operacional Padrão (POP), que tinha como objetivo instrumentalizar os processos desenvolvidos nos setores da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e foi criado, em 2015, pela Pró – Reitoria de Planejamento (PROPLAN).

Em 2017 participei do mapeamento dos processos do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) da UNIFAP o qual atuo como Técnica Administrativa e no ano seguinte, juntamente com uma comissão responsável pelo estudo da implantação da Secretaria Acadêmica, participei do mapeamento dos processos das coordenações vinculadas a esse departamento.

Além disso, quando iniciei o curso do mestrado durante um diálogo com um colega da turma, o interesse pelo tema se intensificou devido o mesmo ter sido aluno do Projeto de Extensão UNIENEM e graças ao projeto ele conseguiu acessar a universidade e mudar sua vida. Com isso, vi uma oportunidade de me apropriar sobre o assunto e apesar de não ter tido contato com a extensão durante a graduação de administração, fui me encantando e me envolvendo sobre isso no decorrer das aulas do mestrado.

O presente trabalho acadêmico também é decorrente de muitas inquietações em relação às práticas de extensão universitária, por exercer minhas atividades em uma universidade pública e perceber a importância da relação de integração entre universidade e sociedade, assim como, da extensão ao ensino e a pesquisa. Outro aspecto importante é a compreensão da percepção dos docentes, discentes, coordenador e diretora, sujeitos estes inseridos nas ações desenvolvidas junto à sociedade.

Diante do exposto passei a fazer algumas indagações, entre elas: i) Qual o papel da universidade na sociedade a fim de entender o espaço da extensão universitária? ii) O que significa extensão universitária na sua relação de integração entre universidade e sociedade? iii) Qual a percepção dos docentes, discentes, coordenador e diretora do departamento de extensão sobre o projeto UNIENEM e a relação de integração entre universidade e sociedade?

De acordo com a resolução 009/2006/CONSU-UNIFAP, a extensão universitária destaca-se de forma significativa e necessária por ser entendida pelo

Plano Nacional de Extensão Universitária como “processo educativo e científico que busca articular o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, viabilizando a relação integradora e transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (UNIFAP, 2006, p. 2).

A universidade, por sua vez, através da extensão universitária estabelece estratégias que possibilitam superar o seu afastamento frente as demandas e necessidades sociais. Nesse contexto, ela tem buscado se aproximar da sociedade por meio de programas e projetos de extensão o qual possibilitam um diálogo e a troca de saberes na construção do processo de conhecimento.

As ações extensionistas possibilitam o compartilhamento, com a comunidade, do conhecimento produzido pela universidade. Essas ações surgem como instrumentos capazes de se oporem às consequências do neoliberalismo (Estado que se pretende o mínimo, renuncia a suas responsabilidades sociais e tem como consequência a privatização de vários setores, inclusive da escola pública), principalmente em relação à “mercantilização das atividades universitárias, à alienação cultural e a todas as mazelas que as acompanham” (FORPROEX, 2012, p. 20).

Nessa perspectiva, esse estudo incidi sobre o projeto de extensão UNIENEM, evidenciando a relação de integração entre universidade e sociedade, tendo como foco o estudo desse projeto. Sabe-se que através de um projeto extensionista é possível promover essa troca de conhecimentos na inter-relação entre essas instituições.

Na trajetória dessa pesquisa foi evidenciado que a extensão pode ser um instrumento utilizado para a efetivação do compromisso da universidade com a melhoria de vida dos cidadãos, pois através das ações de extensão é possível conhecer a realidade da comunidade em que a instituição pública está inserida. Com isso, é importante frisar que a Instituição de Ensino Superior (IES) tem como desafio estabelecer formas de aproximação com a sociedade a fim de atender suas demandas sociais e proporcionar através de suas ações uma interação com a comunidade, objetivando socializar e democratizar o conhecimento de que é detentora.

Inspirando-se nesse contexto, entende-se que a universidade se apresenta como uma instituição social que produz conhecimento, transmissão e consolidação de saberes. Ela permite uma interação dialógica com a sociedade através da extensão universitária que é um dos pilares em que é ancorada. Com o passar do tempo, as

universidades tiveram que se adaptar ao contexto histórico-social mudando, assim, seu papel diante da sociedade.

O objeto da dissertação é a extensão universitária, compreendida a partir das ações desenvolvidas por um projeto de extensão: o UNIENEM. Esse projeto tem um recorte temporal bastante significativo e está sempre buscando seu aperfeiçoamento para continuar atendendo seus participantes com qualidade, trata-se de um cursinho que possibilita uma oportunidade de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) aos discentes egressos do ensino médio, que não tiveram uma boa qualificação na sua escolarização, a fim de ingressarem na Educação Superior.

Esse estudo se justifica pela relevância da avaliação desse projeto que é vinculado ao programa de Inclusão, Acesso e Permanência (PIAP) da UNIFAP e por ser um instrumento capaz de verificar seus resultados em relação aos objetivos instituídos pela universidade. Torna-se relevante também para a sociedade amapaense, tendo em vista a mudança da realidade social que as ações extensionistas podem proporcionar. Através dessas ações a universidade toma conhecimento dos problemas e interesses da comunidade e contribui com o desenvolvimento do Estado e com a qualidade de vida da população.

A consolidação do projeto surge no ano de 2002, quando um grupo de professores criam um cursinho pré-vestibular para negros (CPV-NEGROS) com o intuito de reduzir os índices de exclusão social e destinava-se a atender praticantes dos cultos Afro-Brasileiros e pessoas economicamente carentes. Além disso, também tinha como objetivo criar um espaço de prática e produção de conhecimentos que interferisse na formação de profissionais de licenciatura da UNIFAP.

Com o decorrer do tempo, em busca de seu aperfeiçoamento, teve que mudar de nomenclatura e passou a se chamar UNIFAP Pré-Vestibular. Depois, em 2016, buscando apresentar uma nova roupagem tendo em vista que o acesso à Educação Superior estava sendo através do ENEM, o projeto passou a se chamar UNIENEM. Ressalta-se que a mudança ocorreu apenas na nomenclatura, permanecendo, portanto, o objetivo proposto desde o seu surgimento, não sendo voltado apenas para negros, mas também para todos aqueles que tem uma situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Diante disso, o problema da nossa investigação consistiu na seguinte questão norteadora: Como se dá a relação de integração entre universidade e

sociedade a partir do projeto de extensão UNIENEM?

O objetivo volta-se para investigar o projeto de extensão UNIENEM, evidenciando a relação de integração entre universidade e sociedade e os objetivos específicos buscam discutir o papel da universidade na sociedade a fim de entender o espaço da extensão universitária; conhecer o significado da extensão universitária na sua relação de integração entre universidade e sociedade; e, finalmente, pesquisar a percepção dos docentes, discentes, coordenador e da diretora do departamento de extensão sobre o projeto UNIENEM e a relação de integração entre universidade e sociedade.

A partir dos objetivos traçados, optou-se pela pesquisa empírica de caráter qualitativo. Na coleta de dados foram consideradas as visitas a coordenação do projeto investigado e ao departamento de extensão da universidade, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), entrevistas individuais semiestruturadas e grupos focais. A análise dos resultados se deu através da Análise de Conteúdo.

A investigação deu ênfase às experiências extensionistas da diretora, coordenador, docentes e discentes envolvidos com a universidade do respectivo projeto investigado. O universo pesquisado foi de 10 alunos, 5 docentes, 1 coordenador geral do programa UNIENEM e 1 diretora do departamento de extensão. As entrevistas semiestruturadas foram compostas por 5 perguntas e os grupos focais foram compostos por 7 perguntas.

Dessa forma, a universidade atua como mecanismo de políticas públicas, participa e influencia no processo histórico e cultural, agindo diretamente na sociedade e é capaz de transformar social e economicamente uma localidade. Deve-se, então, conservá-la e buscar seu progresso e melhoramento a partir da interação entre a sua finalidade e a região onde está localizada, ela trará benefícios para a sociedade se a produção do conhecimento estiver em consonância com a realidade local.

A partir do exposto, entende-se que a extensão deve ser vista pelas IES e os atores envolvidos de uma forma que possa sensibilizá-los para os problemas sociais. O conhecimento adquirido pelos atores nas ações de extensão possibilita subsídios para a eficácia na elaboração das políticas públicas (ações, programas e atividades), sendo um grande diferencial no processo de gestão universitária e que contribui para o desenvolvimento institucional.

Apresentado todo esse contexto, a dissertação se estruturou em três capítulos, que seguem à introdução. Os dois primeiros capítulos apresentam o

referencial teórico das categorias temáticas que subsidiaram a pesquisa, que são: extensão universitária, universidade e sociedade. O primeiro capítulo apresenta o papel da universidade na sociedade, o contexto atual da universidade, o modelo de universidade brasileira, e por fim, a relação universidade e sociedade.

O segundo capítulo, mais voltada para a revisão bibliográfica sobre o tema, apresenta a extensão universitária e a relação de integração entre universidade e sociedade, a experiência brasileira na extensão universitária, a extensão universitária na Universidade Federal do Amapá, as concepções e práticas da extensão.

E, por fim, o último capítulo aborda os resultados da pesquisa a partir da percepção dos sujeitos entrevistados, através da análise e interpretação dos dados pesquisados do projeto de extensão investigado, que estão apresentados, em três eixos, “extensão universitária”, “universidade e sociedade”, “projeto de extensão UNIENEM”.

Nas considerações finais, discuto sobre os principais pontos de cada capítulo, analisando os questionamentos respondidos pelos sujeitos do programa em estudo, esperando contribuir para reflexões sobre extensão universitária e o projeto UNIENEM evidenciando a relação de integração entre universidade e sociedade, buscando também compreender essa aproximação gerada pela função do tripé universitário, a extensão.

Compreende-se que poder contribuir para uma reflexão crítica sobre o assunto abordado, que não está sendo debatido ou que tem sido pouco debatido, torna-se relevante para uma pesquisa realizada em um Programa de Pós – Graduação *Strictu Sensu*. Sendo assim, os resultados deste trabalho poderão contribuir para reflexões sobre extensão universitária, universidade e sociedade, projeto de extensão UNIENEM e sobre a percepção dos sujeitos em relação aos temas abordados.

2 O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA SOCIEDADE

Este capítulo discute sobre o papel da universidade na sociedade, destacando alguns aspectos como: o contexto atual da universidade, os modelos que influenciaram a sua criação no Brasil, a sua relação com a sociedade e os desafios postos a ela na perspectiva de suas múltiplas funções.

Destaca-se a relevância de contextualizar alguns temas fundamentais que poderão auxiliar no entendimento da extensão universitária, objeto mais específico deste estudo e que será abordado no próximo capítulo.

2.1 CONTEXTO ATUAL DA UNIVERSIDADE

As universidades foram instaladas tardiamente no Brasil. De acordo com Fávero (2000), houve muita resistência em relação à criação dessas instituições, várias tentativas foram frustradas, o Estado e os brasileiros não entendiam a importância delas para o País, o ideal era que as elites da época que tivessem habilitadas a ingressarem em um espaço universitário fossem para a Europa.

Contudo, “somente ao final do século XIX com a vinda da Família Imperial ao país vimos surgir as primeiras instituições culturais e científicas [...] e a primeira universidade surgiu somente em 1912” (PAES et.al, 2012, p. 4). Nesse sentido, de acordo com Abad (2015, p. 19) “a história do ensino superior brasileiro nos mostra que nas décadas de 20 e 30 o ensino superior se dá a partir de grandes escolas profissionais, o que influenciou o perfil das universidades que iam sendo criadas”.

Abad (2015, p. 19) afirma que “a partir da década de 50, a universidade brasileira sofre uma significativa expansão, sobretudo nas décadas de 60 e 70, resultado do movimento de democratização da universidade”. Com isso, foram criados diversos programas para o desenvolvimento da pesquisa nas Instituições de Ensino Superior.

Na década de 70, de forma global, surge o neoliberalismo a partir da crise de bem-estar social e da crise econômica. No sistema Neoliberal, o Estado se reduz ao mínimo em relação às políticas sociais, mas amplia a valorização do capital e se submete a lógica do mercado.

Corroborando com essa mesma perspectiva, Bastos (2003, p. 112) afirma que “o que norteia a prática do neoliberalismo é a idéia do Estado Mínimo, significando

intervenção estatal mínima sobre a atividade econômica. Esta deve ser regulada pelo mercado e suas leis, num retorno atualizado e modificado à doutrina liberal [...]”.

Porém, no Brasil, a política neoliberal se consolida a partir da década de 90 onde os governos passaram a diminuir as despesas com o ensino superior e a incentivar as universidades a captar recursos para complementar a receita através de investimentos privados. Muitas instituições foram criadas com o intuito de atender à população no processo de aprendizagem escolar. Para Díez Gutiérrez (2010, p. 24),

Se aplica el principio básico del neoliberalismo: privatizar lo público, puesto que, se afirma “lo privado es mejor y más eficiente”. Se aplican dos recetas básicas para ello: abrir la educación a los mercados, recortando la asignación de recursos a lo público o privatizando directamente (rompiendo la concepción de la educación como un derecho social que el Estado debe garantizar) y adecuando la misma educación a los principios y prácticas del mercado, importando métodos y técnicas gerenciales del mundo de la empresa al terreno educativo¹.

Conforme Silva (2001, p. 4) “a reforma do Estado brasileiro nos anos 90 tem como marco institucional a criação do ministério da Administração e Reforma do Estado e a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Estado”. A autora aponta que o modelo de Estado é o agente responsável pela resolução da crise econômica e, portanto, a alternativa para solucionar esta crise e reduzir os gastos públicos seria a reforma do Estado.

Para Costa, L. (2000, p. 51),

A reforma do Estado é um elemento da organização de um novo padrão de relações sociais dentro da sociedade capitalista. Ela expressa uma nova composição das forças sociais, a concretização de um movimento conservador que buscou suprimir os avanços construídos, a partir do modelo do Estado de Bem Estar Social.

Com isso, o papel do Estado é redefinido e deixa de ser o responsável pela produção de alguns serviços garantindo apenas a regulação destes e transferindo, assim, para o setor privado aqueles que podem ser controlados pelo mercado. Silva (2001, p. 5) afirma que “o projeto de reforma do Estado brasileiro está ancorado sob

¹ Aplica-se o princípio básico do neoliberalismo: privatizar o público, uma vez que, se afirma que “o privado é melhor e mais eficiente”. Duas receitas básicas são aplicadas para isso: abrir a educação aos mercados, cortar a alocação de recursos para o público ou privatizar diretamente (quebrando a concepção de educação como um direito social que o Estado deve garantir) e adaptar a mesma educação à princípios e práticas do mercado, importando métodos e técnicas de gestão do mundo dos negócios para o campo educacional (Tradução da autora).

três eixos básicos: a privatização, a publicização e a terceirização”.

O primeiro eixo, a privatização, é um processo em que as empresas estatais são privatizadas e ocorre a transferência da produção de bens e serviços para o setor privado. O segundo eixo, a publicização, é quando as fundações públicas são transformadas em organizações sociais e ocorre a transferência daqueles serviços que não são exclusivos do Estado. E o terceiro eixo, a terceirização, é quando ocorre através de contratos temporários a transferência de alguns serviços para o setor privado (OLIVEIRA, 2011).

A prática da privatização faz com que muitos setores deixem de ser controlados pelo Estado, exceto aqueles que forem essenciais para o bem público. Para Bresser-Pereira e Grau (1999, p. 22), “[...] o Estado tem sido exposto, sobretudo no século XX, a um processo de privatização, dominado e capturado por interesses particulares, tanto de corporações privadas como das próprias burocracias”.

Nesse período, o Brasil vivenciou um amplo desmonte da universidade pública. Com a política neoliberal, os investimentos na educação superior foram bem menores e como consequência teve-se uma expansão da privatização do sistema de ensino superior onde este “começava a ser encarado como uma mercadoria ou quase mercadoria que necessitava ser regulada pelas Leis do mercado” (SGUISSARDI, 2009, p. 86).

Conforme Mohrman et al. (2008, p. 17),

Limited government funding combined with dramatic expansion of higher education in many countries leads to the imposition of or increase in tuition fees, as cost sharing emerges as a new policy imperative. Such policies can alter the fundamental conception of the purpose of the university, or alternatively, derive from a new sense of the purpose of higher education².

Com essa possível alteração da concepção de universidade, “os três fins principais da universidade passaram a ser a investigação, o ensino e a prestação de serviços” (SANTOS, 2006, p. 188). Nesse contexto, a privatização das universidades acontece quando o Estado repassa o domínio dessas instituições para o setor privado, ou seja, corresponde ao processo em que:

² O financiamento limitado do governo combinado com a expansão dramática do ensino superior em muitos países leva à imposição ou ao aumento das taxas de matrícula, uma vez que a partilha de custos surge como um novo imperativo político. Tais políticas podem alterar a concepção fundamental do propósito da universidade ou, alternativamente, derivar de um novo sentido do propósito da educação superior (Tradução da autora).

O desenvolvimento dos fins e dos meios da educação superior, tanto no âmbito estatal como no privado, sofre uma reorientação de acordo com os princípios e a lógica do mercado, e sob a qual a educação superior, gradativa e progressivamente, perde o status de bem público e assume a condição de serviço comercial (BERTOLIN, 2007, p. 107).

Para os neoliberais, o Estado deve partilhar ou transmitir para a iniciativa privada as suas responsabilidades na área educacional, ou seja, privatizar o ensino. Durkheim (2007, p. 61) ressalta que “uma vez que a educação é uma função essencialmente social, o Estado não pode desinteressar-se dela”. Portanto, a educação deveria ser controlada pelo Estado, mesmo quando não fosse ministrada diretamente por ele.

Atualmente, em relação à regulação da educação no Brasil, pode-se destacar que “[...] o Estado recua da sua responsabilidade pública com um bem e direito públicos – a educação – e se atribui o papel de mediador, regulador de uma atividade que, de todo sua, passa em grande parte a ser terceirizada” (BIANCHETTI E SGUISSARDI, 2017, p. 104).

Isto posto, a educação sofre interferência de um sistema que visa o acúmulo de capitais e provoca a competição e exclusão dos indivíduos na sociedade. Se for vista como bem de consumo, apenas uma pequena parcela da sociedade terá acesso a ela. É importante frisar que cabe ao Estado garantir, através da educação, a difusão dos conhecimentos e valores necessários à boa convivência social.

Para Santos (2004, p. 9), a universidade tem perdido espaço nas políticas públicas do estado e aponta que:

A perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais nada, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido como neoliberalismo.

Nesse modelo, o Estado renuncia suas responsabilidades sociais e privatiza a escola pública, negando à maioria da população o direito à educação, aprofundando o mecanismo de exclusão social. Em virtude disso, conforme Ferreira (2010, p. 2), as universidades:

Vêm sendo cada vez mais constrangidas pelo Estado e pelo mercado a transitarem de um referencial mais acadêmico, em que a educação superior é vista como bem público e direito social, para um referencial economicista,

baseado numa visão que acentua o pragmatismo, a competição e a privatização.

Nesse contexto, cabe ressaltar que a Educação Superior, no Brasil, vive um processo que vai além da privatização, ou seja, conhecido como o fenômeno da mercadorização/mercantilização do ensino. Em algumas instituições privadas não se leva em consideração a qualidade de ensino que proporcionam a sociedade, e acabam se transformando em um grande mercado onde a principal preocupação é garantir o alcance do maior número possível de alunos. Para Bianchetti e Sguissardi (2017, p. 89), “[...] ao ser aplicada à compra e venda de um produto chamado “educação/ensino”, transforma esse “produto” em mercadoria/commodity, levando ao paroxismo a expressão “mercantilização da educação””.

Sguissardi (2009, p. 48) aponta que:

A ideia de universidade associada à de empresa privada alimenta-se na categoria de mercantilização do saber e da ciência, que adquirindo cada dia mais a condição de mercadorias típicas do atual modo de acumulação deixam de ser considerados bens coletivos e direito fundamental da cidadania, garantidos essencialmente pelo Fundo Público do Estado.

De acordo com Bianchetti e Sguissardi (2017, p. 105), “quando a educação se torna uma mercadoria, a baixa qualidade formativa não somente é prioridade, como passa a ser uma necessidade”. Muitas pessoas por não terem conseguido concluir seus estudos no tempo determinado acabam buscando a forma mais rápida de mudar essa situação, por diversos motivos, principalmente, para se inserirem no mercado de trabalho. E as empresas veem isso como uma oportunidade de oferecer seus serviços em forma de cursos rápidos, com curto período ou até mesmo com um período mais longo, mas não levando em consideração a verdadeira missão educacional.

Em relação à história das universidades, o autor Dias Sobrinho (2004, p. 705) afirma que “nenhuma concepção de educação superior se isenta de visões de mundo e idéias de sociedade ideal”. Portanto, a universidade é um espaço público em que a sociedade pode se beneficiar da melhor forma possível, por ser um mecanismo que intervém diretamente no bem-estar social, ou seja, busca cumprir seu papel como produtora de conhecimento construído em prol da sociedade e racionalização do saber, articulando junto com a comunidade troca de informações e experiências cujo seu principal objetivo é formar cidadãos que tenham pensamentos críticos e reflexivos que façam diferença no local onde vivem.

Wanderley (1989, p. 11) sintetiza várias visões sobre a universidade, como:

É um lugar – mas não só ela – privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências e divulgar o saber, mas deve buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional. Suas finalidades básicas são o ensino, a pesquisa e extensão. Ela é a instituição social que forma, de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades necessitam.

Torna-se imprescindível a compreensão da concepção de universidade, sua formação, representação, ressignificação, processo de expansão e seus rebatimentos no contexto da atualidade. Eltermann (2012, p. 3) aponta que tem que “difundi-la à sociedade, confrontando sua representação (viés de propósitos) com sua concepção historicamente construída, desinteressada do viés econômico”.

Contudo, a universidade tem vivenciado situações tensas e complexas que ameaçam sua identidade e o exercido harmonioso de suas múltiplas funções. Diante de tantas mudanças, necessita buscar manter um certo equilíbrio para realizar suas múltiplas tarefas e refazer-se em seu ser institucional. Santos e Almeida Filho (2008, p. 50) afirmam que “apesar de as causas da crise da universidade serem múltiplas e algumas delas virem de longa data, elas estão hoje reconfiguradas pela globalização neoliberal”.

De acordo com Macêdo (2014, p. 15),

Na contemporaneidade, uma nova crise evidencia-se decorrente, principalmente, da defasagem dos processos metodológicos e formativos existentes que não conseguem contemplar as novas demandas no ensino superior na atualidade. Avanços tecnológicos, reconfigurações políticas e a globalização, são alguns exemplos de contingências que desencadearam mudanças na sociedade e, conseqüentemente, no sistema educacional no mundo.

As constantes crises e dilemas que a universidade tem enfrentado, nessas últimas décadas, têm impactado também na sociedade. Nesse contexto, Singer (2001, p. 309) afirma que:

A crise da universidade decorre das tensões provocadas por esta multiplicidade de funções, que provocam choques agudos entre concepções ideológicas sobre a “verdadeira” missão da universidade e entre interesses de diferentes setores do mundo universitário, contrapostos em função da maior ou menor demanda “solvable” pelos seus conhecimentos.

Segundo Santos (2006), as universidades têm vivenciado constantes crises. O aumento da procura pela educação superior causou a massificação do ensino, isso ocasionou a perda da hegemonia das universidades entre as instituições de ensino concedendo espaço para outras menos complexas. Além disso, enfrentam desafios relacionados ao seu foco de atuação que inicialmente era na formação das elites, passando a atender outras classes sociais. Com isso, elas sofreram com a atuação mínima do Estado nos investimentos públicos e conseqüentemente tiveram que buscar apoio dos recursos privados para se manterem.

As três contradições relacionadas a gestão de tensões causadas pela crise da universidade são: produção da cultura e de conhecimentos especializados que são essenciais ao mercado de trabalho; a hierarquização e democratização dos saberes e do acesso; e, por último, autonomia institucional e submissão as avaliações através de indicadores de eficácia e produtividade. As contradições decorrem da crise da hegemonia; da crise da legitimidade; e da crise institucional (SANTOS, 2006).

Para Santos (2006), essa crise resulta de divergentes imposições as universidades, onde a sociedade por um lado, indaga as respostas que a universidade apresenta e o benefício do saber e da formação acadêmica que é produzida nessa instituição, apresentando-se demandas e atribuições de novas funções; de outro, reformulações do papel do Estado envolvem menos recursos para o financiamento da educação, isso acaba estimulando a universidade a buscar financiamento no setor privado.

Conforme Cabral (2012), a ideia de unicidade da universidade vem cedendo lugar à ideia da multiplicidade de funções. A sociedade capitalista impulsionou a universidade a alargar as suas funções. Assim, ela tem demandado muito mais do que a produção da cultura e dos saberes necessários à formação das elites, que foi o marco da origem da universidade, levando-a ao modelo atual de produção de conhecimento constituído com a sociedade moderna.

Portanto, para interpretar as diversas formulações de universidade faz-se necessário compreender suas múltiplas funções, principalmente em relação à produção da ciência e as demandas sociais. Conforme Sguissardi (2009, p. 157), “a universidade somente cumpriria sua função, hoje, se fosse gerida como uma empresa comercial típica e se tornasse efetivamente competitiva”.

Compreende-se que quando surgiu o ensino superior brasileiro as instituições tratavam o ensino e a pesquisa de forma dissociada, desconsiderando a

possibilidade de integrar estas duas formas de conhecimento. Sob essa perspectiva, Arroyo (2010, p. 45) salienta que “ensinar não significa mera transmissão de conteúdos e de informações, e pesquisar não se refere a iniciativas de investigações descontextualizadas”. Para a autora, dentro da universidade cada uma das funções tem relevância para a sociedade que pode ser assegurada através da extensão.

Corroborando com essa mesma ideia, Freire (2003, p. 47) aponta que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção do saber”. O autor ressalta que ao se transmitir conhecimento deve-se proporcionar a compreensão daquilo que foi exposto e abrir oportunidades de intervenções, questionamentos e sugestões. E evidencia a relevância da relação entre ensino e pesquisa afirmando que “não existe ensino sem pesquisa e nem pesquisa sem ensino”, eles estão entrelaçados um ao outro (FREIRE, 2003, p. 29).

Arroyo (2010, p. 45) afirma que:

Numa universidade esta relação deve estar associada à formação do homem não apenas como profissional preparado que se pretende encaminhar ao mercado de trabalho, mas ao homem reflexivo, aberto, disponível à diversidade de situações e de necessidades da sociedade.

Percebe-se que na formação de aprendizagem do indivíduo, o ensino tem um destaque maior, enquanto a pesquisa e a extensão aparecem apenas como auxiliares nesse processo. Com isso, o princípio necessário da indissociabilidade na formação acadêmica e nas ações institucionais que é uma exigência feita pela Constituição Federal de 1988 (CF) não é obedecido pelas instituições de ensino superior sendo, portanto, indispensável a articulação e a integração desses elementos no processo de construção do conhecimento.

A partir do momento em que o ensino se associa a produção do conhecimento realizado pela pesquisa e aos problemas sociais identificados pelas ações de extensão, entende-se que há uma grande significância para a comunidade acadêmica. Apesar das particularidades de cada função, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão torna-se um catalisador de formação e produção de conhecimento, ele não pode ser abordado de forma isolada por ser uma parte essencial da universidade.

Ribeiro (1999, p. 25) ressalta que essa indissociabilidade necessita ser:

[...] construída numa perspectiva interdisciplinar em que o mesmo objeto de conhecimento possa ser focado sob diferentes ângulos tendo como horizonte, no entanto, a mesma perspectiva histórica de democratização da sociedade e, conseqüentemente, da produção, reprodução, comunicação de conhecimento, ciência, tecnologia, arte e educação.

O principal desafio a ser enfrentado pela instituição para implantar e consolidar esse princípio está relacionado a discussão e construção da função da universidade e na reflexão sobre a formação, conhecimento e saberes desenvolvidos nesse espaço. Ou seja, “o princípio da indissociabilidade ainda não está consolidado na Universidade, como princípio filosófico, político, pedagógico e metodológico necessário, que permeie e integre efetivamente ensino, pesquisa e extensão” (GONÇALVES, 2015, p. 1244).

O Art. 207, em 1988, da CF determina que as universidades públicas possuem “autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, p. 70). Nesse sentido, César (2013, p. 7) ressalta que:

A compreensão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não se restringe a uma questão conceitual ou legislativa, mas fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, pois está relacionada às suas funções socioeducacionais e à razão existencial das universidades, que se constituíram, historicamente, vinculadas às aspirações e aos projetos nacionais de educação.

A universidade necessita ser um espaço onde possa dialogar com diversos setores da sociedade a fim de atender as demandas sociais, e através da implementação de projetos e ações é possível a consolidação de maneira qualitativa das três funções universitárias.

Santos (2004, p. 68) aponta que:

A autonomia universitária e a liberdade acadêmica – que, no passado, foram esgrimidas para desresponsabilizar socialmente a universidade – assumem agora uma nova premência, uma vez que só elas podem garantir uma resposta empenhada e criativa aos desafios da responsabilidade social.

Conforme Santos (2004, p. 46), “no século XXI só há universidade quando há formação graduada e pós graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer destes,

há ensino superior, não há universidade”. O autor aponta que na maioria das universidades privadas e parte das universidades públicas não tem pesquisa ou pós-graduação, portanto, não podem ser consideradas universidades. Em relação às universidades públicas, essa questão deve ser resolvida com a concepção de uma rede universitária que possibilite uma parceria entre as universidades.

Andrade (2011, p. 1) afirma que a educação superior tem passado por transformações que decorrem do "resultado da dinâmica das mudanças políticas, sociais, econômicas e educacionais vivenciadas no país, e também do reflexo destas no âmbito mundial, tais como a globalização e a sociedade do conhecimento". A universidade é um mecanismo de implementação de políticas públicas que são importantes para construir uma educação eficiente e com qualidade, além de desenvolverem o país socioeconomicamente.

2.2 O MODELO DE UNIVERSIDADE BRASILEIRA

No Brasil, adotou-se o processo educacional profissionalizante, nas escolas e faculdades, construindo assim um apoio inicial para a origem das universidades. Nesse contexto, na primeira metade do século XX, o modelo de universidade brasileira foi influenciado pelos modelos a seguir:

O modelo alemão-humboldtiano de universidade teve desdobramentos sobre a experiência da criação da Universidade de São Paulo, na década de 1930 e o modelo francês-napoleônico profissionalizante de universidade que inspirou a criação da Universidade do Rio de Janeiro (LUCKMANN; BERNART, 2014, p. 214).

Esses modelos de universidade ultrapassaram barreiras nacionais e inspiraram muitos países em seus processos educacionais. Trindade (2000, p.124) aponta que “a concepção napoleônica de faculdades profissionais isoladas influenciou a educação superior brasileira desde o século XIX, mesmo sem estarem integradas numa estrutura universitária”.

Cabe ressaltar que, conforme Almeida Filho (2007, p. 219) em relação ao “simples ajuntamento de faculdades isoladas preexistentes, sem articulação funcional, institucional, pedagógica e científica de algum modo concretizada, não definiria uma universidade no seu sentido pleno”.

Cabral (2012) enfatiza a finalidade das universidades Humboldt e Napoleônica e afirma que o intuito da universidade de Humboldt era tornar-se um núcleo de pesquisa, fazendo o homem disseminar e ensinar a ciência; a universidade napoleônica, por sua vez, volta-se para a formação profissionalizante, com uma base segmentada e propósitos pragmáticos e utilitaristas.

Corroborando com essa mesma ideia, Paula (2002, p. 152) afirma que:

O modelo alemão enfatiza a importância da pesquisa na universidade, e mais do que isto, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação; ao passo que, no modelo francês, a pesquisa não é tarefa primordial da universidade, havendo dissociação entre universidades que se dedicam fundamentalmente ao ensino e “grandes escolas”, voltadas para a pesquisa e a formação profissional de alto nível.

Para Paula (2002) o modelo francês, portanto, é sustentado pelo Estado, está voltado para a formação profissionalizante e ao ensino padronizado e o modelo alemão destaca a formação integral e humanista sendo que a sua essência está baseada no saber universal e total, tendo uma grande relevância para a universidade.

Algumas características do modelo francês são evidenciadas por Luckmann e Bernart (2014, p. 213) onde apontam que:

O corporativismo, a formação profissionalizante, o ensino padronizado e dissociado da pesquisa, o vínculo dos intelectuais com a ideologia do Estado, o isolamento das faculdades e o centralismo e controle estatal, não são características exclusivas ao modelo francês-napoleônico de universidade. A universidade brasileira herda muitas dessas características.

Em relação à universidade alemã, Paula (2009, p.75) destaca as seguintes características:

A preocupação fundamental com a pesquisa e com a unidade entre ensino e investigação científica; ênfase na formação geral e humanista, ao invés da formação meramente profissional; autonomia relativa da universidade diante do Estado e dos poderes políticos; concepção idealista e não pragmática de universidade, em detrimento da concepção de universidade como prestadora de serviços ao mercado e à sociedade; fraco vínculo entre intelectuais e poder político, ou seja, ligação não imediata entre inteligência e poder; concepção liberal e elitista de universidade; estreita ligação entre a formação das elites dirigentes e a questão da nacionalidade.

Luckmann e Bernart (2014, p. 214) afirmam que essas características, além de instituírem “o projeto pedagógico da universidade alemã, têm servido de referência para a universidade contemporânea que, ainda hoje, reivindica postulados, como a

autonomia universitária, a unidade entre ensino e pesquisa [...]”.

Com a reforma universitária de 1968 teve-se a aderência ao modelo norte-americano de universidade. Abad (2015, p.15) aponta que esse modelo de universidade, na década de 60, “passou a ser imitado por outros países, tanto em termos da massificação do ensino superior quanto em termos de aproximação da universidade com o mercado”.

O objetivo principal do modelo americano era:

[...] levar a disseminação e conscientização quanto à utilidade da pesquisa e, dessa forma, a instituição acadêmica pudesse contribuir para o desenvolvimento econômico autônomo do país por meio da produção de ciência e tecnologia e formação de recursos humanos qualificados para a indústria (ABAD, 2015, p. 21).

Segundo Pimentel et al. (2008, p.12) a ideia da reforma universitária era “implantar no Brasil um modelo equivalente ao norte-americano. Entretanto, processos políticos e institucionais determinaram o fracasso da proposta, justamente por sua incapacidade de remover os arraigados modelos anteriores”.

Nessa época, a educação passou a desempenhar papel relevante no processo de desenvolvimento econômico no país. Silva e Ourique (2012) ressaltam que, nesse período, a universidade brasileira tinha se constituído segundo os modelos napoleônico e alemão e adquire a ingerência do modelo americano, integrando às atividades do ensino e pesquisa a uma produção voltada para os interesses mercantis.

A reforma da universidade brasileira estava relacionada a expansão do ensino superior através do setor privado. Tinha como objetivo a:

Criação de um modelo de universidade alicerçado na integração entre ensino, pesquisa e extensão. De um lado, incentivava o ensino de caráter técnico-profissionalizante; de outro, desejava desenvolver pesquisas e serviços de interesse da indústria (LUCKMANN; BERNART, 2014, p. 216).

Vale mencionar que de acordo com Cunha (2007), na reforma do ensino superior teve uma grande participação do movimento estudantil e dos professores que reivindicavam a democratização do ensino e aspiravam uma universidade melhor sob diversos aspectos, tanto em relação à modernização do ensino quanto a contestações políticas. Para o autor “a reforma universitária seria um instrumento para se chegar à reforma da sociedade, embora a “verdadeira” reforma universitária (no primeiro plano) só seria alcançada pela luta política fora da universidade” (CUNHA, 2007, p. 190).

Nesse contexto, destaca-se um dos movimentos responsáveis pela precarização cultural da Universidade que foi a Ditadura Militar. A canção “Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores” de Geraldo Vandré foi um hino de resistência do movimento estudantil que se posicionava contra a ditadura militar, como pode ser visto a seguir:

Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores

(Geraldo Vandré)

Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais

Braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Caminhando e cantando
E seguindo a canção

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Pelos campos há fome
Em grandes plantações
Pelas ruas marchando
Indecisos cordões
Ainda fazem da flor
Seu mais forte refrão
E acreditam nas flores
Vencendo o canhão

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Há soldados armados
Amados ou não
Quase todos perdidos
De armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam
Uma antiga lição
De morrer pela pátria
E viver sem razão.

Sob essa perspectiva, cabe ressaltar que no regime militar tinha-se a necessidade de desenvolver a capacitação científica e tecnológica para as forças armadas que controlavam o país, assim possibilitavam ao Brasil uma posição privilegiada nas suas relações internacionais. Os militares estão ligados ao

autodesenvolvimento tecnológico e a consolidação da nação, se destacaram também no campo da ciência, dando ênfase na articulação da pesquisa e no desenvolvimento do processo de modernização de novas tecnologias. A obra “O militar e a ciência no Brasil” de Manuel Domingos mostra o avanço do país em termos científicos e tecnológicos através dos investimentos feitos pelo regime ditatorial (NETO, 2010).

Conforme Santos (2011, p. 4),

Nos últimos trinta anos, o mercado assumiu o controle na estruturação da vida universitária. Em poucas décadas, a universidade deixou apenas de produzir conhecimento e profissionais para o mercado, para se tornar ela própria um mercado, o mercado da educação terciária, e finalmente, pelo menos de acordo com visionários poderosos, para passar a ser gerida como uma organização de mercado, uma organização comercial.

Essa situação é preocupante, uma vez que a universidade precisa ser tratada como um espaço de desenvolvimento, produção e transmissão de saberes e que seja relevante para a sociedade, ou seja, “[...] os saberes e as práticas só existem na medida em que são usados ou exercidos por grupos sociais” (SANTOS, 2002, p. 271).

De acordo com Santos e Almeida Filho (2008), o surgimento de um novo modelo acadêmico, a universidade corporativa, ocorreu no contexto econômico e político do neoliberalismo. Nesse modelo a instituição universitária se estabelece de forma organizada funcionando como um empreendimento comercial quando se origina do desenvolvimento de centros de ensino superior dentro de uma empresa.

Diante do exposto, o modelo de universidade predominante no Brasil, atualmente, está submisso aos interesses do mercado. Segundo Sguissardi (2009, p. 199) é um modelo voltado para uma configuração onde as universidades são:

Neoprofissionais (ou essencialmente de ensino), heterônomas (dependentes cada vez mais de agenda externa), competitivas (no caso das públicas, necessitando a cada dia mais buscarem recursos da iniciativa privada para complemento das verbas do fundo público, além de implantarem gerenciamento empresarial e instituírem fundações privadas de apoio institucional).

As novas características das instituições de ensino são apontadas por Bianchetti e Sguissardi (2017) como ataques à educação onde ela é mercadorizada, terceirizada, pragmática e utilitarista. O aluno se torna um cliente comprador do ensino em busca de uma formação mínima, recebendo apenas o repasse de informações na

construção do processo de sua aprendizagem. E o Estado torna-se um incentivador financeiro para o funcionamento das empresas educacionais.

Nessa perspectiva, Sguissardi (2009, p. 126) salienta que:

O novo modelo de universidade, menos dependente dos recursos públicos, tendo que assumir novas responsabilidades, além de mover-se no espaço competitivo do mercado ou do quase mercado para obtenção de recursos alternativos, tem exigido a adoção, por essas instituições, de uma gestão com forte estilo corporativo-empresarial.

Ou seja, esse modelo de universidade está comprometido com os preceitos neoliberais, exigências do mercado e flexibilização no processo de formação profissional. É um modelo que está mais interessado com os critérios do capital do que com o sistema educacional de qualidade e tem como consequência a desconstrução do verdadeiro sentido da universidade e de sua autonomia.

2.3 A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE

A universidade ao dialogar com a sociedade é capaz de definir na sua atuação as suas prioridades, prestar contas a esta dos resultados que venha alcançar cumprindo, assim, seu papel social. Para Rodrigues, Oliveira e Queiroz (2013, p. 99) “o compromisso social da Universidade deve ser muito mais efetivo e fazer opções por ações que visem a transformar profundamente a sociedade, na busca da conquista dos direitos sociais, civis e políticos dos indivíduos e das comunidades”.

De acordo com Chauí (2003, p. 5) “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”. A autora afirma que dentro da instituição apresenta-se divergências de ideias e ações que expressam discordâncias da sociedade. E que ela sempre foi uma ação social instituída no reconhecimento de sua legitimidade e atribuições, autônoma e estruturada por ordenamentos, regras e normas.

A universidade, portanto, é uma organização complexa que possui diversas responsabilidades para com a sociedade e deve atuar como um agente no processo de transformação e construção social. Campos (2012, p. 1) ressalta que “[...] as funções da universidade são plurais, mas é possível afirmar que a sua principal atribuição é pensar a si mesma, isto é, refletir sobre sua própria função social”.

Em virtude dessa complexidade, se não há uma compreensão da sociedade tão pouco haverá uma compreensão da universidade. A sociedade precisa compreender a concepção de universidade, e esta necessita esclarecer para aquela a sua existência, ou seja, por que, para que e para quem existe. Saviani (2007, p. 157) realça que “os problemas educacionais não podem ser compreendidos a não ser na medida em que são referidos ao contexto em que se situam”.

A universidade por ser uma esfera pública pode debater o seu sentido na contemporaneidade, propagar seus processos de aprendizagem relacionados à investigação científica e abrir-se para um diálogo com as distintas culturas. Assim torna-se possível uma relação com a sociedade consolidando o reconhecimento dos processos de formação dos cidadãos (SILVA; OURIQUE, 2012).

A intercessão do diálogo entre universidade e sociedade se dá pelo conhecimento. É na universidade que se produz o conhecimento, transmissão e consolidação de saberes. Santos (2004, p. 29) evidencia que “a universidade produz conhecimento que a sociedade aplica ou não, uma alternativa que, por mais relevante socialmente, é indiferente ou irrelevante para o conhecimento produzido”. O autor realça que o conhecimento científico é distinto de outros conhecimentos, e isso acaba refletindo na relação entre ciência e sociedade.

Morin (2002, p. 35) salienta que é necessário reformar o pensamento e aponta que: “Para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo, é necessária a reforma do pensamento. Entretanto, esta reforma é paradigmática e, não, programática [...]”. Essa reforma expressa uma preocupação destinada a quem estiver interessado na tarefa de pensar ou repensar uma universidade (MORIN, 2002).

Sob essa perspectiva, Silva e Ourique (2012) entendem que a relação entre universidade e sociedade vem carecendo de uma reforma no pensamento e no posicionamento das mesmas e que a significância e a responsabilidade social daquela se referem ao entendimento crítico que a educação superior precisa assegurar em todas as suas intervenções.

Nesse contexto, Zirger (2013) frisa que para pensar sobre o elo entre universidade e sociedade, deve-se refletir sobre o conhecimento que está sendo desenvolvido e questionar as conjecturas que o sustenta na instituição, assim como, o modelo de universidade vigente. Morin (2002, p. 39) destaca que “o conhecimento, ao buscar construir-se com referência ao contexto, ao global e ao complexo, deve

mobilizar o que o conhecedor sabe do mundo”.

De acordo com Foucault (2013) o significado de saber e conhecimento são diferentes. Essa ideia do filósofo é expressa por Revel (2005, p. 77) ao ressaltar que:

Enquanto o conhecimento corresponde à constituição de discursos sobre classe de objetos julgados cognoscíveis, isto é, à construção de um processo complexo de racionalização, de identificação e de classificação dos objetos independentemente do sujeito que os apreende, o saber designa, ao contrário, o processo pelo qual o sujeito do conhecimento, ao invés de ser fixo, sofre uma modificação durante o trabalho que ele efetua na atividade de conhecer.

Freire (2013, p. 1055) aponta que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”. Nesse sentido, o saber só é estabelecido quando ocorre uma troca de conhecimento na inter-relação entre os sujeitos que fazem parte do processo.

Através da análise genealógica, Foucault (2013) busca restabelecer a forma pela qual o saber resulta, concomitantemente, uma relação com o conhecimento e com o sujeito que busca adquirir e assimilar novas informações. Nesse contexto, o autor ressalta que o conhecimento é consistente e estático, enquanto o saber não é fixo e sofre constantes modificações, portanto, este está diretamente vinculado à concepção de poder.

Foucault (2010, p. 30) afirma que “o poder produz saber (...); que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Essa relação entre saber e poder exige da universidade uma reflexão crítica por ela ser um espaço de prática social na construção de um novo conhecimento, contextualizado com as demandas sociais.

O conhecimento é resultado das relações de poder e de interações entre os sujeitos. Santos (2004, p. 40) afirma que:

O conhecimento universitário [...] foi, ao longo do século XX, um conhecimento predominantemente disciplinar, cuja autonomia impôs um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às premências do cotidiano das sociedades.

No século XXI, tem como conhecimento específico o “transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos

de conhecimento” e ultrapassa os muros da universidade. A elaboração de problemas e a busca de solução para resolvê-los resultam de uma partilha da troca de saberes entre os pesquisadores, a comunidade e a sociedade em geral (SANTOS, 2004, p. 29).

Na obra “A Condição Humana” de Arendt (2007), os indivíduos só podem ser livres na esfera pública. E nas instituições de ensino superior essa seria uma possibilidade deles exercerem a sua liberdade, pois nesses espaços o poder é estabelecido através do debate, diálogo e consentimento das partes, onde tudo pode ser acessível e partilhado por todos.

Entende-se que as relações de poder que ocorrem internamente na universidade evidenciam, ainda, uma tendência à centralização nos processos decisórios. Ela tomaria melhores decisões se debatesse sobre determinado assunto com quem se posicionasse de forma contrária. A comunidade luta constantemente em busca de mais participação, descentralização, democratização e representação nas tomadas de decisão na instituição. Porém percebe-se, externamente, uma progressiva descentralização nas relações com o governo federal, este necessita ter sensibilidade sobre as preferências da sociedade.

Conforme Foucault (2013) as relações de poder são estabelecidas de acordo com determinadas realidades e isso influencia na busca pelo conhecimento. E quem tem conhecimento é quem detém o poder. Eles estão interligados e acabam sendo, portanto, a mesma coisa. Com isso, faz-se necessário ressaltar que essas relações de poder precisam ser repensadas e novas formas de relações devem ser estabelecidas. Cabe a universidade criar ações que articulem a sua interação com a sociedade, podendo se apropriar das novas tecnologias de poder que permitem novas formas de sociabilidade.

Por isso, as relações de poder introduzidas no discurso, nas práticas e nas instituições podem se instituir em um espaço de reconfiguração e de religação com as demandas da sociedade, por meio de mecanismos de tradução das experiências emergentes e ausentes (SANTOS, 2008b). O autor aponta que deve-se combater o desperdício das experiências de mundo desaproveitadas e propõe uma razão cosmopolita que necessita expandir o presente e contrair o futuro.

Nesse sentido, Santos (2002, p. 239) salienta que “para expandir o presente, proponho uma Sociologia das Ausências; para contrair o futuro, uma Sociologia das Emergências”. Ou seja, na sociologia das ausências é validado um tipo

de saber como se qualquer outro não existisse, então se não for ciência não tem validade e, na sociologia das emergências, há o reconhecimento de outras formas de saber existentes na sociedade.

Para Santos (2002), a sociologia das emergências transita no âmbito das expectativas sociais, investiga alternativas de possibilidades concretas e a execução da ampliação de saberes, práticas e agentes, identificando neles as tendências de futuro. Por sua vez, a sociologia das ausências transita no âmbito das experiências sociais e objetiva substituir a especialização do conhecimento científico pela ecologia dos saberes e transformar os objetos que são considerados impossíveis na perspectiva das ciências sociais em possíveis, assim como, as ausências em presenças, ou seja, permitiria enxergar experiências invisíveis pela ciência moderna.

Isto posto, o poder se infiltra na vida das pessoas até o ponto que ele se torna invisível, ou seja, as pessoas são controladas e dominadas e não conseguem perceber. A fim de atender suas necessidades de subsistência, buscam trabalhar, ter acesso à universidade e isso vai se tornando natural no modelo capitalista. Mas isso não é o bastante, se não tiver um diferencial será massacrado pelo sistema. Deve-se compreender que a desigualdade social existe e quem tem condições financeiras é privilegiado em detrimento de outros.

Foucault (2013) aponta que a nossa sociedade não acumula conhecimento e progresso, não há continuidade, mas rupturas, descontinuidades, existem momentos de pensamentos e não necessariamente um seja complemento ou superior ao outro. Não existem objetos, saberes, métodos e sujeitos eternos. Para ele, a noção de progresso seria uma maneira de silenciar outras formas de conhecimento e que, portanto, deveríamos desconstruí-la.

Em sua obra “Vigiar e Punir”, Foucault (2010) nos remete que um dos objetivos das instituições de ensino é o disciplinamento da mente e do corpo, ou seja, são desenvolvidos mecanismos de controle a fim de vigiar e punir os infratores. Com isso, os indivíduos aprendem a se comportar de uma forma desejável e a controlar seus impulsos. Nesse contexto surge o conceito de sociedade disciplinar que tem como objetivo torná-los dóceis, disciplinados, domesticados, úteis, enquadrados nos padrões de normalidade.

Para Foucault (2013), o homem não era visto como sujeito, mas como objeto, ou seja, ele não transforma o ambiente em que vive, mas é controlado pelas instituições de poder. Estas utilizam a disciplina como forma de dominação e controle,

a fim de excluir ou domesticar comportamentos contrários as normas estabelecidas. Ele acredita que o indivíduo pode lutar contra a dominação, mas não pode se livrar completamente das relações de poder.

No ambiente educacional tem-se essa forma de dominação quando não há uma relação dialógica entre os sujeitos apontada por Freire (2013, p. 1246) como uma concepção “bancária”, esta “nega a dialogicidade como essência da educação e se faz antidialógica”. Para o autor, nessa concepção a educação atua apenas como depósito de conteúdo e transferência de conhecimento.

Portocarrero (2009, p. 217) aponta que:

Na sociedade disciplinar moderna, analisada por Foucault, as normas passam pelo espírito e pelo corpo; não havendo nenhuma possibilidade de sair do jogo normativo, o indivíduo não pode jamais liberar-se das normas. No interior das normas mantêm-se as distâncias individuais, que são teóricas e práticas, restando possibilidade teórica de compreender-se como pertencente às normas e elaborar os conceitos adequados à produção normativa interna do saber.

Contudo, a sociedade moderna é um exemplo de sociedade disciplinar. Na concepção de universidade e sociedade nos dias atuais, o poder é exercido à distância, de forma quase invisível, e o indivíduo está submetido a uma formação de maneira permanente.

As instituições são espaços onde transitam as tecnologias de poder cuja utilização transpassa os muros institucionais. Portanto, o que acontece em seus espaços diz respeito à sociedade em geral. O sentido e o significado da relação entre universidade e sociedade, muitas vezes, ultrapassam barreiras que não podem ser transitadas.

Com essas premissas iniciais, após discorrer sobre alguns aspectos relevantes diretamente relacionados a universidade, discuto na sequência do segundo capítulo desta pesquisa sobre o objeto de estudo, a extensão universitária, que será nossa base para adentrarmos no campo de pesquisa escolhido para o desenvolvimento do trabalho, ou seja, um projeto de extensão de uma instituição pública federal.

3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A RELAÇÃO DE INTEGRAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Neste capítulo, discute-se sobre extensão universitária destacando-a como objeto de estudo a partir das perspectivas dos aspectos da sua relação com a universidade e sociedade em contextos diversos, com o intuito de compreendê-la como uma função importante da universidade, enfatizando suas experiências no Brasil e em uma universidade federal da região norte e às principais concepções e práticas extensionistas em diversos períodos.

3.1 EXTENSÃO, UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

A extensão universitária, na atualidade, é utilizada pela universidade como uma ferramenta capaz de promover seu compromisso com as demandas da sociedade. Através dela, a universidade e a sociedade são beneficiadas com a troca de experiências e conhecimentos que ocorrem por meio da relação entre os docentes, discentes e comunidade.

Conforme Nunes e Silva (2011, p. 123), quando se fala em extensão faz-se necessário “repensar o próprio modelo de universidade tanto no que se refere a questões pedagógicas e curriculares quanto a questões como produção e acesso ao conhecimento e a seus produtos”. As autoras apontam que ao refletir sobre o atual modelo de sociedade, a universidade analisaria os acontecimentos do dia a dia de forma mais crítica através dos conhecimentos produzidos pela instituição e os provenientes da comunidade. Através dela seria possível o fortalecimento das relações entre essas duas instituições.

Os princípios da extensão universitária “declaram que ela não se volta para a mera transferência de conhecimentos e de tecnologias para um grupo específico, mas para um processo dialógico de coprodução de saberes” (HENRIQUES, 2013, p. 30). O autor ressalta que os problemas a serem solucionados precisam estar relacionados a uma causa de interesse social, ou seja, aquilo que se refere à coletividade. E também que é preciso entender como os sujeitos participam de forma efetiva nos projetos de extensão.

De acordo com Castro (2015) o papel da extensão é estabelecer a relação entre universidade e sociedade a fim de buscar soluções para os problemas

comunitários, relacionados à questão da subsistência dos seres humanos e a atuação harmoniosa com o meio em que vivem. Assim, faz-se necessário reformular a extensão para que seja possível a democratização da universidade e a sua aproximação ao modelo acadêmico institucional.

Paula (2013, p. 6) afirma que a extensão universitária:

Convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção e a transmissão de conhecimentos de seus efetivos destinatários, cuidando de corrigir, nesse processo, as interdições e bloqueios, que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências e das tecnologias.

Nesse sentido, a extensão tem o papel de contribuir com a sociedade, proporcionando benefícios e conhecimentos que só se tornam efetivos no momento em que for apreendido e aplicado na realidade, ou seja, isso acontece principalmente quando quem está na condição de aprender, coloca em prática aquilo que foi apreendido. Assim, é necessário que a universidade auxilie nesse processo e desenvolva práticas que possam contribuir com a comunidade, logo é possível promover um saber diferenciado aos cidadãos.

Castro (2015, p. 14) ressalta a relevância da extensão ao relacionar “a sua articulação com o princípio da comunidade, pois oferece possibilidades de inserção em diferentes espaços e o contato com diferentes realidades sociais e culturais”. É necessário vivenciar diferentes realidades para identificar as possibilidades de atuação junto à comunidade. Através de ações inovadoras, a aproximação da universidade com a sociedade pode contribuir para a democratização e o desenvolvimento social.

Para Nunes e Silva (2011, p. 126) “a extensão possibilita a democratização do saber acadêmico, através dela, esse saber retorna à universidade testado e reelaborado”. Ela atua como uma via de comunicação entre universidade e sociedade, instrumentalizando uma conexão entre teoria e prática. Portanto, isso acontece quando o conhecimento produzido pela universidade contribui de alguma forma com a transformação social. O saber produzido na universidade deve ser levado à sociedade e através de um canal de comunicação aquela deve ser influenciada por esta.

Nesse contexto, dentro da extensão universitária é possível sintetizar a formação do conhecimento por meio da pesquisa e possibilitar uma intervenção na comunidade, ou seja, fazendo com que o ensino recebido dentro da instituição seja experimentado na prática. A relação entre teoria e prática torna-se possível mediante as ações realizadas e auxilia a sociedade na sua aproximação da universidade. É importante salientar que os procedimentos do ensino e os princípios dos problemas de pesquisa devem estar relacionados as necessidades sociais.

Santos (2008a) enfatiza que a universidade necessita reconhecer os saberes que não são científicos, ou seja, aqueles que circulam na sociedade, como: saberes populares, leigos, tradicionais, entre outros. E que através da extensão ao contrário, de fora para dentro da universidade, é possível uma interlocução entre os saberes que são produzidos dentro da instituição.

De acordo com Santos (2008a) além de existir diferentes conhecimentos, também existem diversas concepções sobre o que pode ser validado como conhecimento. Por isso, a importância do diálogo e do engajamento articula as formas dos saberes científicos e populares.

Diante do exposto, devido a sua importância para a sociedade, a extensão necessita de investimentos por parte do governo. Arroyo (2010, p. 36) destaca “o perigo de uma diminuição das intervenções governamentais e do cumprimento de suas responsabilidades para atendimento às necessidades da população brasileira”. Para a autora, o Estado tem o poder de regular as relações sociais e deve cumprir seu papel de cuidar do bem comum assumindo suas obrigações com as demandas da população. Mas o que ocorre, na verdade, é que ele transfere suas responsabilidades para outros órgãos da sociedade e para a universidade.

Paula (2013) afirma que a função da universidade é dialogar com a sociedade para atender suas necessidades e perspectivas, reconhecer as prerrogativas, preceitos, conhecimentos e saberes provenientes dela. A extensão, por sua vez, tem como função possibilitar o compartilhamento entre o saber que é produzido na universidade e os outros saberes que são relacionados as comunidades populares, além de promover a interação dialógica entre a instituição e a sociedade.

3.2 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão brasileira foi marcada pelo assistencialismo e transmissão de conhecimento, ou seja, a universidade era entendida como a detentora do saber a qual concedia a comunidade conhecimento acadêmico e científico necessário para resolver seus problemas, não levando em consideração as experiências e o conhecimento popular.

Segundo Carbonari e Pereira (2007, p. 23), as primeiras experiências brasileiras na extensão “ocorreram entre 1911 e 1917, na Universidade livre de São Paulo, por meio de conferências e semanas abertas ao público em que se trabalhavam diversos temas relacionados às problemáticas sociais e políticas da época”.

Conforme Sangenis (2012, p. 30) “a Reforma Universitária de 1968, Lei 5.540, tornou a Extensão obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior e nas universidades como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade”. A partir disso, o novo papel da extensão passa a ser discutido. Com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 1987, a extensão passa a ser compreendida como “uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado a comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico” (FORPROEX, 1987, p. 8).

Nesse sentido, o FORPROEX corrobora com ações realizadas pelo governo que busquem democratizar o ensino e possibilitar o seu acesso a todos, que auxilie na diminuição da evasão dos estudantes, principalmente aqueles mais vulneráveis que precisam trabalhar e estudar ao mesmo tempo, e encontram muitos obstáculos no seu processo de aprendizagem (FORPROEX, 1987).

Sabe-se da importância que os estudantes atribuem ao mercado de trabalho, mas a formação escolar se faz necessária para que tenham êxitos satisfatórios e, assim, possam ocupar as melhores posições no mercado e galgar resultados desejados. Posto isto, vive-se um momento ideológico neoliberal que provoca a exclusão de muitos deles, deixando-os a margem da sociedade.

A educação é uma forma precípua de atingir a cidadania. É através dela que eles podem ter um olhar mais crítico em relação a tudo que os cerca. Muitos não têm a oportunidade de ter uma escolarização adequada, e acabam fazendo parte de um universo escolar que produz desigualdade. Isso acaba tendo impacto em relação

às exigências que o mundo do trabalho vem nos proporcionando.

Por isso, deve-se considerar as demandas dos sujeitos referentes a educação, as expectativas e relações que tecem com o mundo do trabalho. Nesse mundo de incertezas, imprevisibilidades e precarização do mundo do trabalho, os que estiverem menos preparados em relação ao conhecimento exigido no espaço econômico ficaram de fora do sistema produtivo. Nesse contexto, observa-se que o acesso ao trabalho e a inclusão social são mediados pela escolarização, ou seja, é o sistema de ensino que garante a formação, a competência e a consolidação de saberes.

Portanto, faz-se necessário ouvi-los levando em consideração as particularidades de cada um, pois muitas vezes ocupam um espaço na estrutura social que não condiz com o que desejam, e acabam sendo obrigados a deixarem a escola para trabalhar ou trabalham e estudam ao mesmo tempo. Apesar de ter políticas públicas voltadas para o acesso deles a educação formal, o Estado está longe de universalizar a educação para todos.

Uma das iniciativas que pode contribuir para a ampliação do acesso é o cursinho preparatório para processos seletivos, realizado pela universidade por meio da extensão e outros setores da sociedade, que tem como intuito possibilitar o estudante a ingressar na educação superior (Figura 1); dentro dessa ação tem as iniciativas de disponibilização de bolsas monitorias que proporcionam aos estudantes dedicação na sua aprendizagem e formação profissional, auxiliando também na sua formação acadêmica, permitindo-lhe atuar de forma mais intensa em determinadas disciplinas e a superar dificuldades dos conteúdos aplicados em sala de aula (FORPROEX, 1987).

Figura 1 – Alunos do Projeto UNIENEM



Fonte: PIAP/UNIFAP, 2018.

Abad (2015, p. 25) salienta que na década de 90, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394, de 17/12/1996):

A educação superior inclui como um de seus princípios a promoção da extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na universidade.

Segundo Silva (2016) foi nos encontros e fóruns sobre extensão nos anos de 1991, 1992, 1993 e 1997 que levantou-se a preocupação da necessidade de avaliação da extensão, assim como a construção de seus indicadores como forma de subsidiar esse processo e o aperfeiçoamento da prática extensionista. Além disso, as discussões passaram a versar também sobre a definição de diretrizes nacionais e financiamento das atividades de extensão.

Com a elaboração do Plano Nacional de Extensão Universitária (1999-2001) pelo FORPROEX e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, é atualizada uma nova concepção da extensão, o qual define que:

O processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa, estabelece a troca de saberes entre a sociedade e a universidade e tem como consequência a produção de conhecimento, propicia a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade (PONTE et al., 2009, p. 2).

Para Castro (2015, p. 60), “o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2001-2010, estabelecido pela Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001, reforçou a necessidade de qualificar as atividades de ensino, pesquisa e extensão [...]”. Esse plano destaca o compromisso que as instituições de ensino, através da extensão, precisam ter com a sociedade. As ações de extensão são imprescindíveis na formação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

De acordo com Castro (2015, p. 61) o PNE relacionado ao período de 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aponta:

À extensão significativa importância para o alcance de suas metas, seja para a alfabetização e a capacitação tecnológica de pessoas com baixa escolarização e alunos com deficiência, seja para a elevação da qualidade da educação superior por meio de maior visibilidade nacional e internacional das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em 2003, surge o edital de fomento à Extensão Universitária - PROEXT. Sangenis (2012) ressalta que esse programa foi um dos métodos utilizados para estabelecer um novo conceito de extensão, que tem o objetivo de financiar as atividades de extensão, dando ênfase na inclusão social. Nesse sentido, as discussões sobre extensão “buscavam organizar a extensão como um órgão próprio, nas IES, que articulasse programas, projetos e atividades, com orçamento próprio, criação de métodos claros para aferição dos resultados e estratégias de divulgação” (CARBONARI e PEREIRA, 2007, p. 24).

As políticas públicas orientavam a realização desse programa e, portanto, contribuíam para a configuração de espaços de formação de sujeitos na universidade. Teixeira (2002, p. 2) afirma que políticas públicas “são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade; mediações entre atores da sociedade e do Estado”. A falta de ação ou 'não-ação' também significa uma política pública. Com isso, Souza (2006, p. 26) resume política pública como “colocar o governo em ação”.

Corroborando com essa mesma ideia, ao definir o que são políticas públicas Heidemann (2009, p. 29) enfatiza que podem ser entendidas como “ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade”. Ressalta-se a importância do papel do Estado e sua intervenção na sociedade através das políticas públicas.

As políticas públicas são permeadas pelo poder simbólico, este faz parte da estrutura de uma organização. Esse poder é apontado por Bourdieu (1989, p. 8), como “invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Portanto, faz-se necessário salientar que dentre todas as políticas públicas a educação “continua sendo a mais decisiva para a construção de um futuro comum mais compartilhado e digno, ou, no dizer da ONU, para fazer e fazer-se oportunidade” (DEMO, 1999, p. 5). Entende-se que é necessária a elaboração de políticas públicas que valorizem a educação, pois não há como pensar em desenvolvimento sem levá-la em consideração. Além disso, ela também é um dos meios de aumentar a competitividade de um país.

Pelo exposto, para compreender como a política pública é constituída, faz-se necessário entender o seu processo de elaboração, conhecido como ciclo da política, no qual apresenta-se diferentes etapas: a formulação, implementação e a avaliação. Conforme Pinto (2008, p. 28), “a decisão sobre o que entra e o que sai da agenda governamental constitui o ponto de partida para a formulação das políticas públicas”.

Essa fase ocorre a partir do momento em que os problemas forem definidos. Para Raeder (2014, p. 131),

Dependendo do grau de conhecimento disponível sobre o problema a ser tratado pela política, a formulação poderá conter parâmetros bem específicos acerca dos beneficiários e dos recursos envolvidos. Tratando-se de problemas com pouca informação ou alto grau de conflito, a formulação poderá ser mais genérica, de modo a deixar para a etapa posterior, a da implementação, a definição mais precisa sobre determinados aspectos da política.

A fase da implementação de acordo com Bilhim (2004, p. 13) “corresponde a um momento crítico no ciclo de políticas públicas, pois diz respeito à efetivação da política pública”. Ou seja, é onde ocorre a “concretização da solução dos problemas que foram definidos na agenda decisória, problemas que deverão ser tratados a partir dos critérios definidos na etapa anterior” (RAEDER, 2014, p. 133).

A avaliação da política na concepção de Fagundes e Moura (2009, p. 99) “relaciona-se com a implementação da política ou programa, visando obter um fluxo contínuo de informações para monitorar a execução do programa, ou seja, constatar o processo de construção do esperado, em termos de volume e qualidade [...]”. Além

de criar a política torna-se imprescindível a sua avaliação para averiguar se está atendendo aos objetivos que foram inicialmente propostos nela.

Essa etapa “além de ser útil para medir a eficácia da gestão pública, [...] também contribui para a busca e obtenção de ganhos das ações governamentais em termos de satisfação dos usuários e de legitimidade social e política” (RAMOS, 2009, p. 97). Entende-se que esse processo de avaliar permite identificar se as políticas públicas estão sendo realizadas de acordo com os objetivos instituídos. Deste modo, após uma avaliação, a política pública pode ser totalmente repensada. Vale ressaltar, que por meio de políticas públicas é possível estabelecer uma relação com a extensão universitária.

3.3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

O Estado do Amapá possui uma população, estimada no ano de 2018, pelo IBGE, equivalente a 829.494 pessoas, sendo que o último censo, em 2010, aponta que apenas 36.636 pessoas possuem ensino superior completo. Com o desenvolvimento do Estado foram surgindo instituições de ensino superior tanto privadas quanto públicas, sendo que, atualmente, existem apenas três instituições públicas, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Estadual do Amapá (UEAP) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), que são localizadas especificamente no município de Macapá.

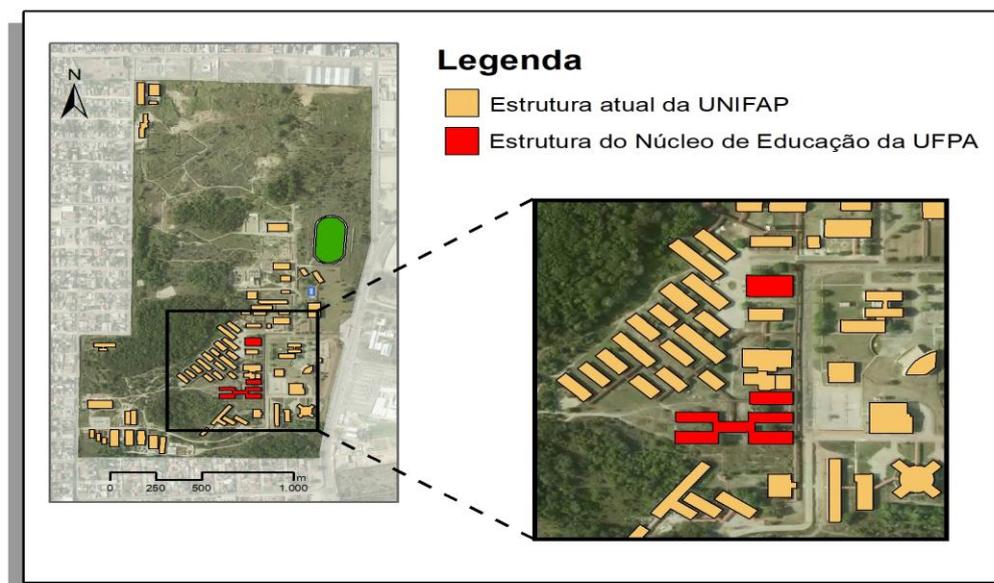
O campo de pesquisa é na UNIFAP, uma universidade situada no extremo norte do país, cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, e que começou a desenvolver o ensino na região por volta de 1970 como Núcleo de Educação/NEM vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA). Com a sua criação no ano de 1990, 2 anos depois da transformação do Território Federal do Amapá em Estado do Amapá, mesmo que tardiamente, proporcionou ao cidadão amapaense estudar e pesquisar sobre a realidade local dentro do próprio estado.

O mapa, abaixo, nos mostra que quando a universidade estava na condição de núcleo da UFPA existiam apenas alguns blocos onde ficavam as salas de aula e onde funcionava toda a parte administrativa (Figura 2). O campus possui aproximadamente 900mil m², sendo que algumas áreas não podem ser exploradas pelo fato de possuírem sítio arqueológico, necessitando, portanto, de estudos e autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Ressalta-se que foi realizada uma doação de parte da área que pertencia ao Campus, onde foi construído uma Escola Estadual, os galpões da Escola de Samba onde são realizados os preparativos para o carnaval, Unidade Básica de Saúde (UBS) e uma subestação de energia da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA).

Na estrutura atual verifica-se o seu progresso a partir da construção de outros blocos que subsidiam os cursos em suas aulas; biblioteca central com um vasto acervo bibliográfico e de áudio visual; anfiteatro com um amplo espaço onde são realizados vários eventos não apenas pela universidade, mas também por outros órgãos da sociedade amapaense; restaurante universitário com preço acessível aos seus usuários, alunos, visitantes e servidores, com um cardápio saudável desenvolvido pelas nutricionistas que atuam nesse espaço; quadra poliesportiva; rádio universitária e laboratórios que são utilizados para realização de pesquisa acadêmica.

Figura 2 – Mapa do Campus Marco Zero



Fonte: Fonte: Jodson Almeida, 2019.

Conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015 2019/UNIFAP, a sua criação foi:

[...] autorizada por meio do Decreto n.º 98.977, de 2 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União n.º 43, de 5 de março de 1990, nos termos da Lei n.º 7.530, de 29 de agosto de 1986, que autoriza o Poder Executivo a instituí-la, tendo seu estatuto aprovado pela Portaria Ministerial n.º 868/90, de acordo com o Parecer n.º 649/90-SESu, aprovado em 9 de

agosto de 1990 e publicado na Documenta MRC n.º 35, tornando-a uma Instituição de Ensino Superior (IES), mantida pela União (UNIFAP, 2015, p. 18).

Em 1991, ocorreu a nomeação da primeira Reitora Pró - Tempore da instituição e também a realização do primeiro vestibular voltado para 11 cursos³. Em 1995 para mais dois cursos⁴. E, por último, no período de 2005 a 2018 foi acrescentado mais 18 cursos⁵ (UNIFAP, 2018). A UNIFAP quando iniciou seu processo de interiorização, conseguiu se expandir para alguns municípios da região onde pôde oportunizar a população o acesso ao Ensino Superior.

Atualmente, congrega 7318⁶ (sete mil, trezentos e dezoito) acadêmicos que fazem parte da graduação e da pós – graduação e são distribuídos nos 4 (quatro) campi que estão em funcionamento, conforme tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Campi em Funcionamento da UNIFAP

CAMPUS	LOCALIZAÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO
MARCO ZERO	MACAPÁ	1990
SANTANA	SANTANA	2005
NORTE/BINACIONAL	OIAPOQUE	2007/2013
MAZAGÃO	MAZAGÃO	2010

Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2019.

O primeiro campus a ser criado fora da sede foi o de Santana, em 2005, ele começou a funcionar com apenas dois cursos⁷. Em 2015, o campus ofertou mais quatro graduações⁸, mas atualmente só funciona com três cursos distribuídos em cinco blocos, o curso de química passou a fazer parte do Campus do Marco Zero devido a exigências pelo colegiado do curso por melhoria estrutural em seu laboratório (UNIFAP, 2019b).

³ Direito, Secretariado Executivo, Geografia, História, Matemática, Letras, Artes Visuais, Enfermagem, Ciências Biológicas (Licenciatura e Bacharelado), Pedagogia, Ciências Sociais.

⁴ Educação Física e Física.

⁵ Arquitetura e Urbanismo (2005), Engenharia Elétrica e Ciências Ambientais (2009), Ciências Farmacêuticas e Medicina (2010), Jornalismo e Relações Internacionais (2011), Fisioterapia e Teatro (2013), Administração, Engenharia Civil e Ciências da Computação (2014), Letras/Libras (2015), Administração Pública (2016), Letras/Português (2017), Letras/Inglês (2018), Sociologia (2018), Tecnólogo em Secretariado Executivo (2017).

⁶ Fonte: Departamento de Registro e Controle Acadêmico – DERCA/UNIFAP, 2019.

⁷ Arquitetura e Urbanismo.

⁸ Filosofia, Letras, Pedagogia.

Em seguida, em 2007, foi criado e implantado o Campus Norte com a oferta do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, que foi transformado em 2013 em Campus Binacional onde passou a ofertar mais sete cursos de graduação⁹. O Campus segue em expansão e tem projetos voltados para a criação de uma cidade universitária com uma estrutura mais adequada para receber a população Oiapoquiense, tendo o intuito de proporcionar benefícios para a comunidade onde eles possam desfrutar, por exemplo, de um restaurante universitário, alojamento para os estudantes, anfiteatro e centro poliesportivo (UNIFAP, 2019a).

E por fim, foi criado o campus Mazagão, em 2010, com a oferta do curso de Licenciatura em Educação do Campo vinculado ao Programa Procampo. Além disso, a instituição tem um polo de educação a distância em Vitória do Jari onde faz parceria com a prefeitura local (UNIFAP, 2015).

Nesses 29 anos de existência, a universidade foi se desenvolvendo e apresentando modificações na sua estrutura física, de pessoal, administrativa e pedagógica a fim de que pudesse oferecer melhores condições de atendimento a sociedade amapaense e a comunidade acadêmica.

Com o crescimento da universidade, tem-se conseqüentemente uma significativa ampliação dos servidores em seu quadro de pessoal, ou seja, são 505 (quinhentos e cinco) técnicos administrativos e 664 (seiscentos e sessenta e quatro) docentes¹⁰.

Em relação ao seu orçamento, destaca-se que, em 2018, foi em torno de 246 (duzentos e quarenta e seis) milhões de reais¹¹. E com a redução do repasse financeiro realizado pelo Governo Federal, desde 2014, a instituição tem tido dificuldades em estruturar seus cursos, continuar as obras, adquirir aquisição de equipamentos essenciais para manter com qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Diante desse cenário, tem buscado apoio financeiro através de emendas parlamentares e suplementações de recursos oriundos do Ministério da Educação (MEC), também tem procurado diminuir os gastos com o objetivo de destinar os recursos para as suas atividades finalísticas (UNIFAP, 2017).

Em 2006 foi aprovado o regulamento da extensão universitária através da resolução nº 009/2006/CONSU-UNIFAP. Porém, Oliveira (2015, p. 134) afirma que

⁹ Letras (Francês), História, Geografia, Pedagogia, Ciências Biológicas, Direito e Enfermagem.

¹⁰ Fonte: Pró – Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP/UNIFAP, 2019.

¹¹ Fonte: Pró – Reitoria de Planejamento – PROPLAN/UNIFAP, 2019.

essa função “passou a compor a UNIFAP no ano de 1991, cujas atividades de extensão são administradas pela Pró - Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC) e pelo Departamento de Extensão (DEX)”.

O Programa de Apoio a Planos de Reestrutura e Expansão das Universidades Federais – REUNI apresenta como umas de suas diretrizes: a ampliação de políticas de inclusão (BRASIL, 2007). E a UNIFAP tem implementado programas, projetos e ações que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência dos sujeitos à Educação Superior. Além disso, tem buscado proporcionar a indissociabilidade das “ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento social, econômico, ambiental, tecnológico e cultural da região amazônica” (UNIFAP, 2015).

O Plano de Extensão da UNIFAP tem como intuito:

A busca de um novo rumo para suas atividades e de contribuição para uma mudança significativa da realidade brasileira e amapaense, tornando-se referência na formulação de programas e projetos que alcancem parcelas significativas da sociedade (UNIFAP, 2009, p. 1).

Nessa perspectiva, podem-se destacar alguns projetos de extensão promovidos pela instituição, como: Universidade da Mulher (UNIMULHER), que promove a Formação Continuada de Professores, oferecida às comunidades interna e externa; Universidade da Maturidade (UMAP), que atende pessoas com idade igual ou acima de sessenta anos com interesse em participar de curso de natureza acadêmica; projeto UNIENEM, cursinho voltado para estudantes com situação de vulnerabilidade socioeconômica; cursos de línguas estrangeiras; cursos de computação; entre outros, com o propósito de divulgação e/ou promoção do conhecimento, atendendo às necessidades de iniciação, de atualização ou de aperfeiçoamento científico, técnico, artístico, cultural e qualificação profissional.

Em 2003, um dos projetos destinados às ações de extensão da UNIFAP foi o cursinho pré – vestibular para negros (CPV). Esse projeto foi instituído em 2002 através da mobilização de professores para atender pessoas economicamente carentes e praticantes de cultos afrodescendentes.

Esse projeto participou de um concurso intitulado “Concurso Políticas Públicas da Cor na Educação Brasileira”, realizado pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e devido ter sido um dos

vencedores foi financiado em 2002 e 2003 pela Fundação Ford. Após ter recebido esse financiamento, a UNIFAP o implantou em seu calendário de atividades extensionistas voltadas para inclusão de jovens, adultos e idosos no espaço universitário com recursos próprios. O projeto tinha como objetivo:

Possibilitar o ingresso ao Ensino Superior, com noções de direitos humanos e identidade afro-brasileira, no intuito de desencadear uma prática reflexiva do seu papel como produtor de conhecimento na sociedade, além de criar condições para a produção de monografias sobre as temáticas que norteiam as atividades desenvolvidas pelo pré-vestibular e estimular o retorno dos egressos do projeto como professores de turmas futuras. (OLIVEIRA, 2015, p. 136).

Com o passar do tempo, teve-se a necessidade de mudar o nome do projeto que passou a se chamar UNIFAP Pré – Vestibular (UPV) com o intuito de abranger uma população mais diversificada, pois quando foi criado era voltado somente para os praticantes dos cultos Afro-Brasileiros e pessoas economicamente carentes. Em virtude da mudança do acesso ao ensino superior, que antes era através do vestibular e depois passou a ser através do ENEM, em 2016, o projeto mudou novamente de nomenclatura e passou a se chamar UNIENEM o qual é vinculado ao programa de Inclusão, Acesso e Permanência (PIAP) da UNIFAP (Figura 3).

Infere-se que a mudança se deu apenas na nomenclatura, mas o objetivo continuou o mesmo, abrangendo um público não só voltado para os negros, mas também para outras pessoas que tenham interesse em acessar a Educação Superior. Além do projeto UNIENEM, o programa abrange outros projetos que visam o desenvolvimento de ações interdisciplinares voltadas para a inclusão social dos sujeitos na universidade, como: IntegraUnifap, Olimpíadas de química e Feira de orientação vocacional (FOV).

Figura 3 – Programa de Inclusão, Acesso e Permanência



Fonte: PIAP/UNIFAP, 2019.

O cursinho tem como principal intuito preparar estudantes, que estão terminando o ensino médio e também aqueles que já concluíram essa fase escolar, para o ENEM que, atualmente, é o principal meio de acesso à educação superior. É uma maneira de aproximar de forma efetiva a universidade, sociedade e comunidade acadêmica. Os professores envolvidos no projeto são discentes dos cursos de licenciaturas da instituição que têm oportunidade de estarem em um espaço de vivência da prática pedagógica e da sua formação acadêmica.

Nos últimos três anos o projeto abrangeu um total de 714 (setecentos e quatorze) alunos, dentre esse universo 12,6% obtiveram aprovação tanto em universidades públicas quanto em outras instituições de ensino superior¹². Os resultados do projeto, medido através dos índices de aprovação permitiu notar que o cursinho tem conseguido atender seu objetivo proposto, capacitando e qualificando os estudantes para alcançarem o acesso ao ensino superior.

Porém, esses resultados podem melhorar se o projeto desenvolver estratégias de gerenciamento para o acompanhamento e monitoramento do desempenho desses alunos, buscando interagir com eles para identificar possíveis necessidades e deficiências durante todo o processo da preparação deles. Essa intervenção na formação da sociedade com base nos princípios da igualdade e da justiça social reconhece o direito de todos à educação e ajuda no combate à exclusão social.

¹² Fonte: Relatório PIAP-UNIENEM 2016/2017/2018.

3.4 CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DA EXTENSÃO

A extensão universitária tem alcançado, ao longo dos tempos, seu espaço na universidade. E suas práticas e concepções estão ligadas aos diferentes interesses que propõem a sua aproximação efetiva entre universidade e sociedade. Com isso, percebe-se que não há um consenso entre os teóricos sobre o conceito de extensão.

Abad (2015) afirma que muitas vezes a extensão é compreendida como uma forma de dar assistência à comunidade, apenas com finalidades pragmáticas e utilitaristas, não levando em conta o conhecimento que é produzido dentro das ações e sua contribuição na mudança do processo de ensino e aprendizagem e na integração de diversos saberes. Não se pode negar que a extensão é o veículo de aproximação entre uma universidade comprometida com as demandas encontradas nos diversos campos de atuação.

Para Nez (2013, p. 51) a extensão “deve ser compreendida no sentido de inserção da universidade no contexto social por meio da reflexão e da prática. [...] É uma forma de democratizar o saber produzido na pesquisa universitária”. Através dela é possível promover a democratização do conhecimento e o comprometimento da instituição em sua responsabilidade social, além de ser caracterizada como atividade relevante na prática acadêmica ao se relacionar com o ensino e a pesquisa. Ela não pode ser vista como uma forma de assistencialismo nem como meio de se obter lucro para benefício de interesse próprio.

Para Arroyo (2010) extensão é um meio de aproximação da sociedade, que possibilita a transformação do conhecimento e promove através de um espaço universitário a concepção da vida humana. Através de um programa de extensão é possível haver um diálogo entre instituições de ensino públicas, sociedade, setores governamentais e privados, com o objetivo de exercer a missão social que é uma das responsabilidades da universidade.

Segundo Freire (1980) a extensão é um processo educativo que possibilita os educadores e educandos assumirem o papel de sujeitos capazes de assimilarem o conhecimento, disseminados pelo assunto que aspiram apreender. O autor ressalta que a extensão necessita ser um processo dialógico para evitar uma interpretação equivocada da realidade. Através do diálogo a universidade é capaz de cumprir sua função perante a sociedade.

De acordo com o FORPROEX (2012, p. 28), a extensão é um “processo

interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade”. Sendo assim, ela possui papel relevante frente as demandas da sociedade e proporciona através de ações socioeducativas a troca de novos e diferentes saberes na sua relação com a comunidade. É importante ressaltar que as ações desenvolvidas nos projetos de extensão necessitam ter uma continuidade para, de fato, se tornarem efetivas e cumprirem seu papel perante a sociedade.

Silva (2013) salienta que através das ações extensionistas, a universidade compartilha, socializa, difundi seus conhecimentos à comunidade e participa do processo de construção cultural da sociedade. Além disso, a extensão possibilita efetivas transformações na sua relação dialógica com a sociedade, onde a comunicação vai além da entrega de um conhecimento, é uma função indissociável ao ensino e a pesquisa.

Nessa perspectiva, as ações de extensão são articuladas com as áreas das ciências e da tecnologia. Elas são alicerçadas e comprometidas no processo de atendimento às demandas sociais nas diferentes áreas e estão voltadas ao desenvolvimento, produção e preservação artístico e cultural do país. As atividades contribuem também para a qualificação e formação continuada acadêmica, ou seja, a comunidade encontra na sociedade a possibilidade de aprimorar a práxis no âmbito acadêmico.

A extensão não pode ser direcionada para ações que buscam arrecadação de recursos, para evitar isso o autor Santos (2004, p. 54) aponta que as atividades de extensão devem ter como prioridade, o “apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados”. Portanto, essas ações possibilitam a inclusão de sujeitos que estão à margem da sociedade e que se sentem, de certa forma, excluídos do meio social.

Segundo Arroyo (2010), as ações de extensão devem se relacionar com projetos que promovam discussões acerca das questões pertinentes a sociedade. Elas não podem ter natureza assistencialista, pois a função da extensão vai além da assistência à sociedade em suas necessidades e está engajada com ações muito mais humanas voltadas para a inclusão social. Cabe ressaltar que a extensão precisa estar articulada com o projeto acadêmico da universidade, alicerçada no perfil de cidadão que quer formar, valorizando a produção, troca de conhecimento e

ultrapassando as barreiras da instituição.

Viero e Tauchen (2012, p. 6) enfatizam que a extensão vem sendo discutida como “forma de retorno à sociedade daquilo que essa investe na universidade, como uma forma de corrigir a ausência de comunicação e de intervenção da universidade nas problemáticas da sociedade”. Para os autores, algumas de suas características podem ser favoráveis na transformação do processo de aprendizagem, através da relação entre universidade, sociedade e comunidade é possível incorporar os diferentes saberes, acadêmicos e populares, e aumentar a possibilidade de refletir sobre as práxis.

Corroborando da mesma ideia, Silva (1997) e Sangenis (2012) ressaltam que através da extensão, a produção do conhecimento se realizaria na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular possibilitando, assim, a democratização do conhecimento, a atuação efetiva da comunidade na universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade. Com isso, compreende-se que por meio desta nova concepção de extensão é possível superar o entendimento tradicional de disseminação de conhecimentos produzidos pela universidade e entender que a extensão precisa ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa.

Percebe-se que ainda é um desafio compreender a extensão como um elemento que não apenas produz, sistematiza e transmite conhecimentos, mas como uma efetiva forma de comunicação e troca de saberes, sejam científicos, disciplinares, objetivos ou subjetivos e interdisciplinares, ou seja, são diferentes conhecimentos interagindo com o produzido pela experiência cotidiana das pessoas. Vale ressaltar a importância de inserir o entendimento da produção do conhecimento não só dentro dos muros institucionais, mas também em espaços sociais mais amplos.

Para Castro (2015, p. 58), a extensão assume posição de articuladora do ensino e da pesquisa, assim como dos saberes acadêmicos e populares, propiciando oportunidades de aprendizagem as comunidades, discentes e docentes universitários envolvidos em tais práticas. Além do mais, por ter um caráter interdisciplinar considera “a ideia da interlocução de diferentes saberes, que possibilitam uma compreensão globalizada das questões sociais e, portanto, a democratização da universidade por meio da efetivação de seu compromisso social”.

Na concepção de Silva (2013, p. 2) a extensão universitária apresenta muitos benefícios, “de um lado, ao agregar valor ao ensino e ao estimular a pesquisa a partir de uma visão crítica da realidade e de outro, a IES passa a ser reconhecida e

legitimada pela sociedade pela sua atuação comprometida com o seu entorno”. Além disso, ela serve como um meio de democratizar o conhecimento a partir do momento em que ultrapassa as barreiras da instituição de ensino. Ao se relacionar com a sociedade é capaz de contribuir para a formação crítica e reflexiva do cidadão onde o sujeito será o agente da sua própria transformação.

Segundo Santos (2004, p. 53), a extensão universitária:

[...] vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no curriculum e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

Dadas as considerações sobre extensão universitária, partamos agora, para o último capítulo da pesquisa onde será abordado o processo investigatório do objeto estudado, utilizando a percepção dos sujeitos sobre as categorias destacadas para elucidar os objetivos e questionamentos da pesquisa, adotando como campo de pesquisa o projeto de extensão UNIENEM do Campus Marco Zero da UNIFAP.

4 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O PROJETO UNIENEM

O último capítulo pretende investigar o projeto de extensão UNIENEM evidenciando a relação de integração entre universidade e sociedade. Para isso, utilizou-se a técnica de abordagem qualitativa que permite recolher informações relevantes sobre o objeto estudado.

De acordo com Minayo (2001, p. 14) a pesquisa qualitativa corresponde ao “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Com o intuito de fazer um levantamento de dados a partir de referenciais teóricos existentes relacionados as categorias do estudo realizou-se para o desenvolvimento da pesquisa um levantamento bibliográfico, que consiste no:

[...] levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Em seguida, com o intuito de captar informações relevantes para a pesquisa foi realizada uma análise documental mediante consulta aos documentos da universidade, como: Resolução nº 009/2006/CONSU-UNIFAP, Projeto de Extensão UNIENEM, Relatório do Projeto UNIENEM, Plano de Extensão da Universidade Federal do Amapá, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019 e documentos externos como: Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX) 2012 e outros arquivos que viabilizaram os dados obtidos para a pesquisa.

De acordo com Vergara (2006, p. 48), a “pesquisa documental é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas, registros, anais, regulamentos circulares, ofícios [...]”.

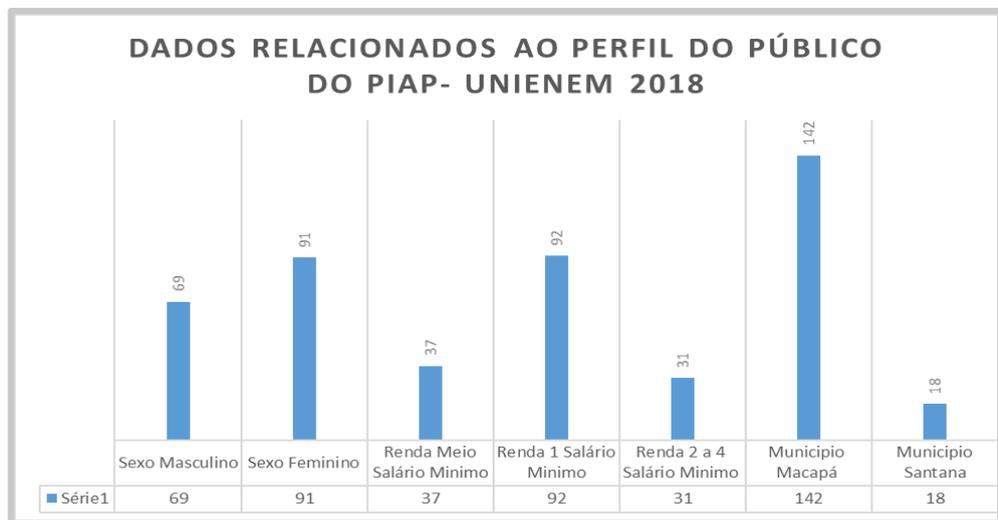
Quanto aos meios de investigação, trata-se de um estudo de caso desenvolvido na UNIFAP que pode ser caracterizado como:

[...] um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação

que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico (FONSECA, 2002, p. 33).

Para a coleta de dados foram realizados dois grupos focais¹³: o primeiro foi composto por alunos que participaram do projeto de extensão UNIENEM, mas não ingressaram na universidade, sendo que dois eram do sexo feminino e dois do sexo masculino, todos eram da turma de 2018, mas desde 2017 participam do projeto; dados desta pesquisa levam a perceber o perfil de alunos que ingressam no Projeto, conforme Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 - Dados relacionados ao perfil dos alunos do cursinho em 2018



Fonte: PIAP/UNIFAP, 2018.

O segundo grupo focal foi com os docentes que são acadêmicos dos cursos de licenciaturas da universidade e lecionaram nesse projeto no ano de 2018, sendo que dois eram do sexo feminino e três do sexo masculino, e atuavam em áreas diversificadas, como: Letras, Pedagogia, Artes, Sociologia e Geografia.

Essa técnica de pesquisa possibilita a interação entre os participantes e o compartilhamento de ideias. E tem como intuito identificar “percepções, sentimentos, atitudes e idéias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade” (DIAS, 2000, p. 3).

¹³ Documento elaborado pela autora para auxiliar na metodologia a ser utilizada no trabalho. É composto por 7 perguntas relacionadas ao Projeto UNIENEM, a extensão universitária e a relação de integração entre universidade e sociedade.

Foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas¹⁴: a primeira foi com o coordenador do projeto UNIENEM, ele é professor de química da UNIFAP com dedicação exclusiva e assumiu a coordenação em 2016; depois com seis alunos que participaram do projeto e ingressaram na universidade, sendo que três eram do sexo feminino e três do sexo masculino; eles fizeram parte do projeto em 2008, 2009, 2010, 2017 e 2018, variando o tempo de permanência entre três semanas a dois anos e meio, ressalta-se que um dos entrevistados além de ter sido aluno foi também professor do projeto permanecendo seis anos no mesmo; e por fim, com a diretora do departamento de extensão, que é Técnica administrativa da UNIFAP e Mestra em Ciências da Saúde, e assumiu a direção em 2018.

Por meio dessas entrevistas, é possível obter informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre, onde:

O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente. De preferência, deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimentos suas representações (SEVERINO, 2007, p. 125).

O universo pesquisado foi de 10 alunos, 5 docentes, 1 coordenador do projeto UNIENEM e 1 diretora do departamento de extensão da UNIFAP. As entrevistas semiestruturadas foram compostas por 5 perguntas e os grupos focais foram compostos por 7 perguntas. Foi empregado o TCLE (Apêndice A¹⁵) aos sujeitos participantes da pesquisa no momento das entrevistas. As informações que foram obtidas através das entrevistas individuais e dos grupos focais serão divulgadas de forma anônima, garantindo o sigilo que assegura a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. A análise dos resultados se deu sob o enfoque da Análise de Conteúdo.

Os resultados que passarão a ser exibidos foram coletados em janeiro de 2019, a partir das compreensões apresentadas por meio de entrevistas com o coordenador do projeto, Diretora do DEX, alunos que participaram do projeto e ingressaram na universidade e de dois grupos focais, um com os docentes do projeto

¹⁴ Documento elaborado pela autora para auxiliar na metodologia a ser utilizada no trabalho. É composto por 5 perguntas relacionadas ao Projeto UNIENEM, a extensão universitária e a relação de integração entre universidade e sociedade.

¹⁵ Documento utilizado pela autora para convidar os sujeitos para participar, livremente, como colaborador (a) da pesquisa.

e o outro com os alunos que participaram do projeto, mas não ingressaram na universidade.

Os encontros foram previamente agendados, e contaram com a adesão voluntária dos sujeitos. As entrevistas tiveram duração aproximada de 15 a 30 minutos e cada encontro do grupo focal teve duração aproximada de 45 a 50 minutos, e seguiu um roteiro orientador elaborado pela pesquisadora, tendo, portanto, outras questões incorporadas durante o desenvolvimento do grupo, sempre quando necessário aprofundar questões relevantes. A análise dos dados (percepções) estão apresentados, essencialmente, em três eixos centrais, “extensão universitária”, “universidade e sociedade” e “projeto de extensão UNIENEM”.

Isto posto, iniciei o trabalho de campo fazendo um levantamento dos alunos que participaram do projeto e ingressaram na universidade. Após realizar uma conexão com uma rede de contatos, identifiquei esses alunos, fiz o convite para cooperarem com a pesquisa e agendei as entrevistas, onde apresentei os documentos que seriam utilizados para a pesquisa de campo, TCLE e Entrevista Individual do Tipo Semiestruturada, assim como realizei esclarecimentos em relação às questões fundamentais do estudo proposto.

Concluída essa etapa, realizei uma visita (com agendamento prévio) à coordenação do PIAP e ao DEX para realizar a entrevista com o coordenador do programa e com a diretora do departamento, onde também apresentei os documentos que seriam utilizados para a pesquisa de campo, TCLE e Entrevista Individual do Tipo Semiestruturada, assim como realizei esclarecimentos em relação às questões fundamentais do estudo.

Em seguida aproveitei para dimensionar a quantidade de docentes que atuam no projeto para participarem do grupo focal. O coordenador informou que havia 24 professores trabalhando no projeto e que o expediente deles era mais pela parte da tarde durante todos os dias da semana.

Em razão da dificuldade em reunir todo esse quantitativo, optei, por delimitar o tamanho da amostra a um grupo de 5 professores para participarem da pesquisa, o que representa mais de 20% do universo de docentes do projeto e convidei os professores, aleatoriamente, com formações diversas. É importante destacar que tive muita dificuldade em encontrar os que estivessem dispostos a cooperar com esta pesquisa.

Assim sendo, realizei o grupo focal no hall do Centro de Vivências, onde está localizada a Coordenação do PIAP, local este utilizado pelos docentes no desenvolvimento do trabalho e planejamento de aulas para seus alunos do projeto. A escolha do local se deu pelo fato de ser um ambiente familiarizado pelos sujeitos onde eles se sentem mais confortáveis. Esse encontro ocorreu no decurso do horário de trabalho dos docentes onde também foi realizado a assinatura do TCLE.

O público do cursinho, na turma de 2018, foi dividido em três salas de aula, ou seja, duas turmas com 50 alunos e uma com 60 alunos. Foi escolhido uma turma com 50 alunos e selecionado de forma aleatória os estudantes que aceitaram participar do grupo focal. Cabe ressaltar a dificuldade de conseguir sujeitos que quisessem participar da pesquisa, portanto, apenas 4 deles se dispuseram a contribuir com a discussão no grupo.

O grupo focal realizado com os alunos que participaram do projeto e não ingressaram na universidade ocorreu também no hall do Centro de Vivências. Por ser um espaço livre onde ocorre vários eventos envolvendo tanto professores quanto alunos, optei por realizar a pesquisa nesse ambiente. Esse encontro ocorreu no período da tarde onde também foi realizado a assinatura do TCLE.

Dadas essas considerações, é importante salientar que toda a instrumentalização do trabalho de campo, definição dos sujeitos, assinatura do TCLE, aplicação dos Grupos Focais e das Entrevistas Individuais do Tipo Semiestruturada, se sucedeu ao longo do mês de janeiro de 2019.

A análise dos resultados se deu sob o enfoque da Análise de Conteúdo. Nesta pesquisa foi realizado a leitura e organização dos dados coletados (que foram gravados em áudio e transcritos integralmente). Essa análise foi realizada no mês de fevereiro do mesmo ano. Para explanar e inferir sobre os resultados foram apresentados três eixos: “extensão universitária”, “universidade e sociedade” e “projeto UNIENEM”.

No eixo “extensão universitária” são apresentadas as análises acerca do entendimento dos sujeitos relacionado a esse assunto. No eixo “universidade e sociedade” são denotadas as análises a respeito da compreensão dos sujeitos sobre a integração entre essas instituições. No último eixo “projeto de extensão UNIENEM” são exibidas as análises referentes aos conhecimentos dos sujeitos acerca de vários aspectos relacionados ao projeto de extensão pesquisado.

4.1 PERCEPÇÃO SOBRE A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE

A extensão não deve ser vista de forma desvinculada do ensino e da pesquisa. Ela precisa ser reconhecida como uma função universitária, que relaciona a teoria e prática, a troca de conhecimentos e saberes diversos, sendo capaz de transformar a relação de integração entre universidade e sociedade. Suas ações devem ir além do assistencialismo e prestação de serviço à população carente.

A universidade tem como desafio proporcionar um espaço onde seja possível ter uma interação dialógica com a comunidade e sociedade na perspectiva de identificar como a extensão pode contribuir para a solução dos problemas sociais. Vale ressaltar que a extensão possibilita um envolvimento com o sujeito e com sua efetiva transformação.

Nesse contexto, a discussão sobre extensão universitária se inicia com a tentativa de compreender na perspectiva do coordenador do projeto, da diretora do departamento de extensão, dos docentes e alunos que participaram das entrevistas individuais e também dos grupos focais, o entendimento que eles têm sobre esse tema, tendo em vista a vivência deles nesse espaço e suas experiências.

A resposta a essa questão na perspectiva dos sujeitos é:

A extensão nada mais é do que uma complementação dos dois eixos, tanto o ensino, quanto a pesquisa. Você acaba entendendo a extensão como algo que de relevância para o estudante exercer aquilo que pode vir a trabalhar futuramente, dentro de eixos que não seja voltados para a prática de ensino, mas que sejam relevantes para a sociedade, onde ele vai muita das vezes na parte da extensão buscar, digamos assim, desenvolver o que ele aprendeu mediante ao ensino e a pesquisa realizada na universidade (Coordenador do UNIENEM).

[...] É para aproximar a universidade do saber popular, das outras formas de saber (Diretora do DEX).

São três eixos da universidade, se eu não me engano, que é ensino, pesquisa e extensão. Extensão tem por objetivo ajudar a comunidade local, é, colocando no meu ponto de vista, ofertar vários cursos (Entrevista Individual – Aluno A).

Extensão universitária são políticas da universidade que vão atender a sociedade em geral, não somente aquelas pessoas que estão inseridas dentro da universidade como: aluno, servidor, professor e pesquisador. Se a gente pensar, vai além da oferta de curso, tu pensa em intercâmbio que tem a ver com a extensão, quando tu pensa em ampliação de campus, cursos diferenciados para o interior, para a gente que tem uma realidade geográfica diferenciada. Além de promover essa inclusão de pessoas mais carentes é uma oportunidade para os graduandos da universidade estarem exercendo a prática (Entrevista Individual – Aluna B).

É trazer a sociedade para a universidade (Grupo Focal – Aluna G).

É uma oportunidade não só para a comunidade de fora, mas para o próprio graduando ter esse contato mais próximo com a universidade. Para mim, é uma oportunidade para dá a quem precisa, principalmente para pessoas carentes (Professor A).

A extensão é a forma que a universidade tem de manter esse link com a sociedade. A universidade procura expandir as fronteiras, através da extensão ela consegue atuar de forma direta na sociedade e também ajudar algumas pessoas que querem ingressar na universidade (Professor C).

Ressalta-se que, nas falas dos sujeitos, os envolvidos com o projeto investigado compreendem o significado da extensão e sua relevância tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade. Poderíamos dizer que, a extensão vem assumindo um novo papel dentro da universidade, voltado para as transformações sociais. E é uma forma de aprimorar e permitir a construção de novos conhecimentos e saberes necessários na inter-relação dialógica entre a instituição, comunidade e sociedade.

As respostas de alguns sujeitos condisseram, portanto, com Pereira (2013, p. 103) quando reforça a importância do aluno colocar em prática o aprendizado apreendido dentro da sala de aula e ressalta que:

Se não existir uma relação do teórico com o prático, e, neste caso, a extensão como atividade prática, a formação fica prejudicada, isso porque compreendemos que não se concebe a teoria desvinculada da prática, da explicação da realidade, ou seja, “o que existe” e o “por que existe” estão interligados.

Percebe-se ainda no discurso dos sujeitos um olhar da extensão como forma de assistencialismo, onde as ações se voltam para atender a comunidade carente, essa percepção é reforçada por Silva (2013, p. 2) ao afirmar que:

A extensão universitária assumiu o caráter de oferta de cursos livres abertos à sociedade, mais tarde conhecida como prestação de serviços, assessorias, ação comunitária e assistencialismo. Atualmente discute-se uma extensão universitária que permita a interação dialógica com a sociedade, uma atuação interdisciplinar e interprofissional, uma prática extensionista indissociável ao ensino e a pesquisa, que cause impacto na formação do estudante e proporcione efetivas transformações sociais.

Nesse sentido, a percepção dos sujeitos também pode ser sinalizada sob a ótica de Pina-Oliveira (2014, p. 6) quando afirma que “a relação entre as IES e a sociedade torna-se viável pela extensão que integra e articula o ensino e a pesquisa, permitindo a aproximação, a integração e a parceria com base na realidade local”.

Diante disso, o papel da extensão é proporcionar um elo entre as instituições e integrar a teoria e prática, e ser capaz de auxiliar nas questões relevantes vivenciadas na sociedade.

Corroborando com esse posicionamento César (2013, p. 22) salienta que:

O objetivo da extensão é o elo da universidade com a sociedade, resultado das atividades de ensino e pesquisa, reafirmando assim o compromisso social das instituições de ensino superior, concretizando a promoção e garantia do desenvolvimento social, bem como os anseios da comunidade.

Em contrapartida, complementando esse entendimento sobre extensão na visão de Santos (2004, p. 56) através da ecologia de saberes que é “uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade” é possível promover um diálogo entre os saberes que são produzidos dentro da universidade e aqueles que circulam na sociedade, fazendo com que haja uma relação solidária entre os conhecimentos. Esse entendimento é expresso por meio da seguinte fala:

A extensão tem esse entendimento que apenas vai fazer o elo entre a universidade e a sociedade, mas Boaventura vem dizer que é muito mais do que isso, que na realidade a extensão a gente coloca junto com a comunidade e nós vamos ficar naquele feedback contínuo, eles aprendem e nós aprendemos, ele diz que nós temos muito mais a aprender com eles do que eles conosco, porque nós precisamos da sociedade para nós nos fortalecermos, que nós vivemos num período agora que a universidade pública perdeu muita força, nós estamos diante do capitalismo universitário, as universidades são lucrativas (Diretora do DEX).

Nesse sentido, a universidade precisa reconhecer e validar os outros tipos de conhecimentos que existem na sociedade e que podem ocorrer através da extensão universitária. Assim, romper e desconstruir a ideia de que apenas o conhecimento científico, ou seja, o que é produzido dentro da universidade é válido, como se não existissem outros saberes.

Ao indagarmos sobre como as políticas de extensão são desenvolvidas na universidade, a Diretora do DEX nos respondeu que:

A extensão universitária primeiramente tem uma política nacional, chamada de Política Nacional de Extensão Universitária, é um documento que foi criado pelo Fórum de Pró Reitores de Extensão, então ela tem as diretrizes de todas as universidades, porque que isso é importante, ao nível de todo o Brasil sendo uma IES Estadual, Federal ou Instituto, todos falem uma mesma linguagem e trabalhem sempre a partir das mesmas diretrizes. A UNIFAP não tem uma política de extensão, nós seguimos a Política Nacional, o que a nossa universidade tem é uma resolução, que é a 009 de 2006, inclusive ela está muito desatualizada (Diretora do DEX).

Segundo a Diretora do DEX essa desatualização da resolução acaba dificultando o trabalho desenvolvido pelo departamento e na falta de instrumentos normativos acabam utilizando os documentos, diretrizes e ações para fortalecer a extensão universitária, que estão na Política Nacional. Além disso, levam em consideração o que está descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019) da universidade e a metodologia do 5W2H¹⁶, ferramenta utilizada para mapear as atividades do departamento, para realizar o planejamento tático e operacional onde estabelecem os objetivos e ações que serão desenvolvidos ao longo do ano.

Esse discurso pode ser evidenciado na Política Nacional de Extensão ao destacar que as seguintes diretrizes: “Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social” (FORPROEX, 2012, p. 29), devem ser utilizadas pelas instituições quando forem formular e implementar suas ações extensionistas. E apesar das universidades seguirem como referência uma Política Nacional, continuam tendo a liberdade de tomar decisões relacionadas as suas ações de extensão.

Sabe-se da relevância da extensão e do quanto ela pode transformar a vida da população que se beneficia dos programas que são desenvolvidos dentro da universidade ou fora dela. É preciso entender que não basta somente criar programas, ações e políticas, faz-se necessário acompanhá-los e avaliá-los para que realmente se tornem efetivos. Os estudos permitiram evidenciar como os projetos de extensão são avaliados e se tem algum tipo de acompanhamento para sua melhoria contínua, como se verifica na fala a seguir:

Eles são avaliados dessa forma, a cada seis meses o professor tem que apresentar o relatório parcial das atividades daquele projeto, se ele recebe bolsa de extensão. Os projetos que recebem financiamento, esses nós temos que acompanhar, somos obrigados acompanhar porque estão recebendo recurso público então a gente faz essa exigência. Eles tem que mandar também para o nosso controle o relatório do bolsista, o relatório semestral, vai colocar assuntos relacionados ao projeto, as atividades que ele exerceu e o programa, esse é o controle que nós fazemos relacionados a avaliação dos projetos. Nosso técnico em assuntos educacionais no caso faz a

¹⁶ O método é constituído de sete perguntas 5W: What - O que? Que ação será executada; Who - Quem? Quem irá executar a ação? Where - Onde? Onde será executada a ação? When - Quando? Quando a ação será executada? Why - Por quê? Por que a ação será executada? e 2H: How - Como? Como será executada a ação? How Much? Quanto custa? Quanto custa para executar a ação? (SEBRAE, 2008, apud LISBÓIA E GODOY, 2012, p. 37).

avaliação do projeto. Ele tem alguns instrumentos técnicos, não são relacionados ao mérito, a gente vai medir a quantidade de alunos que entrou, a quantidade de alunos que concluíram e o índice de aprovação, são dados quantitativos que claro não vai avaliar aspectos relacionados a qualidade das aulas, mas pelo menos a gente tem um indicador mensurável, não temos instrumentos, não temos equipe para fazer avaliação qualitativa (Diretora do DEX).

Infere-se que para realizar a avaliação ou monitoramento de um programa ou projeto, é imprescindível a elaboração de indicadores para identificar se realmente está tendo resultado ou não. O monitoramento tem o intuito de coletar informações e a avaliação utiliza essas informações para medir a efetividade do projeto ou programa. Realizando somente uma pesquisa quantitativa não é possível obter um aprofundamento no resultado e medição da efetividade dessas ações. Para Jannuzzi (2005, p. 143),

A opinião da população atendida por um programa é certamente importante, desejável e complementar em qualquer sistemática de monitoramento e avaliação, trazendo subsídios para a correção e melhoria do processo de implementação dos programas e também indícios da efetividade social desses programas, especialmente aqueles difíceis de serem mensurados em uma escala quantitativa.

Na visão de Costa e Castanhar (2003, p. 975) torna-se necessário envolver no processo de avaliação:

A escolha de um conjunto de critérios e o uso de um elenco de indicadores (ou outras formas de mensuração) consistentes com os critérios escolhidos e que permitam efetuar um julgamento continuado e eficaz acerca do desempenho de um programa ou conjunto de programas, mediante o confronto com os padrões de desempenho anteriormente estabelecidos.

Os discursos dos sujeitos nos permitiram identificar como eles avaliam o projeto de extensão e como ele poderia ter mais efetividade, conforme se observa nas seguintes falas:

O cursinho ajuda quem quer mesmo, quem se dedica bastante, ele é bom de fato, porém falta recurso, investimento (Grupo focal – Aluno H).

Acho que os monitores foram escolhidos na visão do coordenador, mas não conseguiram passar o conteúdo de forma bem firme para os alunos por isso que eu daria a classificação de bom também (Grupo focal – Aluna G).

A minha avaliação é positiva, pois atende gente que são de áreas muito carentes distante da capital, do interior, ribeirinhas, que vem para a capital só para estudar e o cursinho é uma possibilidade (Entrevista Individual – Aluna B).

Ele tem grande valia, grande importância para os ingressantes ou aluno interno que estejam concluindo ou que ainda estejam no ensino médio. Mas, assim, tem seus percalços como a questão de um prédio próprio, de uma base sólida para ministrar as aulas, enfim, deveria ter um orçamento específico voltado para o cursinho, se tivesse seria muito grandioso para os alunos e conseqüentemente para a instituição, eles cresceriam juntos (Entrevista Individual – Aluno C).

Eu acho um projeto muito bom, porque ajuda a comunidade, não cobra nada de ninguém, é só se inscrever, se comprometer e vir. Mas não tem muito apoio da UNIFAP, no início tinha simulado para a gente fazer ai depois começou a acabar as folhas, a tinta. Os professores são alunos daqui, muito dedicados, eu gostava muito das aulas deles e respeitava, assistia, prestava atenção, eram muito comprometidos, explicavam nas aulas e ajudavam a gente a entender melhor o assunto (Entrevista Individual – Aluna D).

Eu vejo o projeto como principal programa dentro da universidade que ocupa muitas bolsas e tem muita demanda (Professor A).

Apesar do cursinho ter uma boa classificação na visão dos sujeitos, ainda sofre críticas em relação a disponibilização de materiais, as condições estruturais que precisam estar mais consolidadas, falta de financiamento e reconhecimento institucional. Talvez se tivesse recurso próprio voltado somente para atender essa atividade extensionista, assim como um prédio com boas condições estruturais, salas e materiais disponíveis para subsidiar tanto os alunos quanto os professores, o projeto teria mais efetividade e conseguiria atender muito mais a comunidade e a sociedade em relação à inserção e acesso à Educação Superior.

A avaliação do projeto na visão dos seus usuários torna-se imprescindível para seu melhoramento, como aponta Fagundes e Moura (2009, p. 102):

É importante destacar também que, ao fazer avaliações, é imprescindível ainda pesquisar junto aos usuários, público-alvo dos programas e políticas públicas, de uma forma que os mesmos se sintam sujeitos, visto que são os principais interessados na qualidade dos serviços oferecidos pelo poder público.

O projeto deve levar em consideração o que os sujeitos pensam em relação aos serviços ofertados por ele e disponibilizar um espaço adequado para recebê-los e realizar a semana pedagógica com os docentes; isso é um fator essencial para a melhoria e qualidade das ações realizadas. O único espaço disponibilizado para o programa onde o projeto é vinculado está localizado no Centro de Vivências da universidade (Figura 4). O projeto não possuiu salas próprias para ministrar as aulas, para conseguir atender os alunos são utilizadas salas cedidas provisoriamente pela PROEAC e que pertencem a outros projetos da instituição.

Figura 4 – Local onde funciona a coordenação do projeto



Fonte: Registro realizado pela Autora, 2019.

Destarte, compreender a extensão como uma função essencial que pode envolver os sujeitos no processo de transformação da sociedade e participar da formação da aprendizagem deles fazendo com que percebam os fatores relevantes para as mudanças sociais, são aspectos que podem ser visualizados dentro de projetos permanentes que possibilitam uma consolidação da extensão na universidade.

4.2 PERCEPÇÃO SOBRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Através das práticas de extensão que são desenvolvidas dentro e fora da universidade é possível realizar uma intervenção na transformação de determinadas situações sociais. Essas ações possibilitam o estreitamento dos laços entre a universidade e sociedade; e atuam na formação dos sujeitos que são envolvidos nelas.

Ressalta-se que a universidade apesar da crise que tem enfrentado, das

dificuldades em sobreviver com o corte no orçamento público, do apoio reduzido do Estado e de seu desmantelamento e precarização, não deve admitir que os interesses do mercado se sobreponha aos interesses sociais, o seu compromisso deve ser com a sociedade e não com os setores dominantes desta.

A pesquisa mostra que, na percepção de muitos sujeitos, a relação de integração entre universidade e sociedade através da extensão é imprescindível para o cumprimento da missão da instituição, como evidenciado nas falas a seguir:

A UNIFAP não é dos servidores, dos alunos, é da sociedade amapaense e a extensão tem que fazer esse contato e despertar isso nas pessoas, que elas entendem que a universidade também é delas e que o desmonte, o sucateamento da universidade é a perda até da identidade. Eu diria que o UNIENEM é um dos projetos que tem maior capacidade de fazer isso. Então ao falarmos da integração com a sociedade ele serve de laboratório para as licenciaturas, o que os alunos vão aprender em sala de aula eles vêm compartilhar com a comunidade e a própria comunidade ajuda nessa formação (Diretora do DEX).

Tem que ter projeto de extensão para ter essa troca da comunidade e universidade. O projeto contribui de uma forma que a gente vê a universidade não como quem vê, assim, é só a elite que pode estar lá, que é extremamente inalcançável. A universidade quando abre as portas dela para que outras pessoas entrem, aí elas começam a interagir e vai querer participar daquilo, porque o correto mesmo é a universidade abrir as portas através sempre de um projeto (Entrevista Individual – Aluna F).

Eu poderia te dizer que essa integração é feita da melhor forma possível porque a universidade existe para dar retorno a sociedade (Coordenador do UNIENEM).

E ainda existe essa barreira que a própria sociedade cria com a universidade. A universidade, principalmente a Federal, parece que está num outro mundo para eles, para quem tem dinheiro, para quem é muito estudioso, tem gente que nunca entrou na universidade, que não tem acesso ao Campus (Professor B).

O pessoal só anda ao redor, depois que a gente participa do cursinho a gente se sente parte daqui, conheci várias pessoas, tive essa integração toda, eu já me sinto à vontade de estar aqui na UNIFAP (Grupo Focal – Aluna G).

Observa-se a confirmação dos sujeitos, através de seus relatos, que o projeto UNIENEM tem essa característica de integrar a universidade, sociedade e comunidade. Ele possibilita que a comunidade acadêmica coloque a teoria, adquirida dentro da sala de aula, em prática, e utilize o espaço do projeto como um laboratório para auxiliar na construção da sua formação de ensino – aprendizagem. Além de atuar na preparação dos sujeitos da sociedade que desejam ingressar no ensino superior e na possibilidade deles terem acesso a um espaço universitário que muitas vezes parece ser inalcançável, despertando neles o interesse de fazer parte desse universo.

Os projetos de extensão são capazes de promoverem o processo de inclusão social na universidade e também de contribuir para a formação dos sujeitos da comunidade acadêmica. Por isso, as práticas desenvolvidas por essa instituição são necessárias para fortalecer seu processo dialógico na sua relação com a sociedade e comunidade.

A UNIFAP disponibiliza assistência estudantil para a comunidade acadêmica com o intuito de democratizar o acesso e a permanência na educação superior, como: bolsa permanência, auxílio moradia, auxílio refeição, auxílio transporte, serviço psicossocial, entre outros. Porém, os alunos que fazem parte do projeto de extensão UNIENEM não têm a possibilidade de utilizar esses serviços, como ressalta a fala da Aluna I do Grupo Focal: “É só para quem é universitário mesmo”. Permitir que os alunos tenham acesso a esses serviços, principalmente auxílio refeição, transporte e serviço psicossocial, também é uma forma de integrá-los a universidade.

Infere-se que, na visão dos sujeitos, antes a universidade, realmente, era um privilégio apenas para uma parcela da sociedade, mas com o passar do tempo, sua finalidade foi mudando e, atualmente, com a democratização do Ensino Superior o acesso ao espaço universitário é compartilhado por uma parcela maior da população. Simões (2018, p. 51) aponta que “para se viabilizar o que se denominou como democratização do acesso ao Ensino Superior, algumas políticas públicas foram criadas visando a ampliação do acesso”. Pode-se citar como exemplo: as políticas de ações afirmativas¹⁷.

Mohrman et al (2008, p. 17) aponta que:

Since the 1980s, however, the model of the national university has steadily lost ground to a more research-based model of the university that provides knowledge for all, not just for elites. Certainly the idea that nations should appropriately be concerned with increasing democracy and human rights is consistent with the logic behind expanded access to higher education¹⁸.

Nessa perspectiva, de acordo com Vianna (1986, p. 77),

¹⁷ “A política de ação afirmativa, em particular, na modalidade da reserva de vagas para ingresso nas universidades públicas, vem possibilitando que grupos socialmente vulneráveis como pobres, negros e indígenas, tenham acesso a direitos sociais como a educação” (SIMÕES, 2018, p. 57).

¹⁸ Desde a década de 1980, no entanto, o modelo da universidade nacional vem perdendo terreno para um modelo mais baseado em pesquisa da universidade que fornece conhecimento para todos, não apenas para as elites. Certamente, a ideia de que as nações deveriam estar apropriadamente preocupadas com o aumento da democracia e dos direitos humanos é consistente com a lógica por trás do acesso expandido à educação superior (Tradução da autora).

A universidade não é uma instituição exclusiva das elites econômicas, mas um organismo no qual todos os segmentos da sociedade se sentem com o direito de ingressar, com vistas a maiores conhecimentos, qualificação profissional e promoção social.

As ações desenvolvidas pela universidade possibilita a descoberta de novos aliados e o reconhecimento da sua existência pela sociedade, como verifica-se na fala da Diretora do DEX:

A universidade também pode através da extensão fazer novos aliados para se fortalecer na sociedade, como por exemplo: a sociedade amapaense no caso da UNIFAP. Eu digo até que nós vamos fomentar uma corrida de rua agora em março, e ela é uma tentativa justamente de, como existe essa moda de corrida de rua a nível internacional, chamar a atenção da comunidade amapaense, nosso aniversário agora em março, de 29 anos da UNIFAP, chamar atenção da sociedade para essa instituição, que ela não é dos servidores, dos alunos, ela é da sociedade amapaense (Diretora do DEX).

A universidade, por sua vez, é uma articuladora dos diversos espaços do conhecimento que existem em cada localidade, em cada região. De acordo com Gruginskie (2015, p. 80) “a universidade representa um espaço social de busca de conhecimento e se constitui, também, em espaço de formação política e participação social”. A partir do momento que um grupo específico dentro da instituição se articula e promove ações em prol de uma classe social, tem-se uma mudança significativa na sociedade.

4.3 PERCEPÇÃO SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO UNIENEM

Atualmente a educação primária não tem o devido investimento por parte do Estado. Dessa forma, tem estudantes que acabam repetindo de ano devido a má qualidade no ensino. Com isso, estes chegam no ensino fundamental muitas vezes sem saber ler e escrever de forma adequada.

Ao chegarem no ensino médio os resultados são ainda mais preocupantes, visto que, nem todos têm condições de realizar o ENEM com os conhecimentos que adquiriram na escola tradicional. O sonho de ingressar no ensino superior fica mais distante ainda. Isso nos permite refletir que o sistema educacional brasileiro ainda apresenta muita deficiência.

Diante desse cenário, infere-se que o caminho a ser traçado por estes alunos precisa ser na busca de alternativas que aprimore o seu desenvolvimento

escolar, com isso um dos caminhos mais indicado é um cursinho preparatório para o ENEM, para suprir essa deficiência deles em sua escolaridade. Cabe ressaltar que só o cursinho não é suficiente para atender o desejo deles de acessarem o ensino superior, sendo necessário, portanto, que o aluno como sujeito responsável pela sua própria formação, se dedique diariamente aos estudos.

Isto posto, a investigação sobre o projeto iniciou com a compreensão de sua origem e desenvolvimento, em seguida passou para as dificuldades e desafios ao longo de todo o processo de construção, depois para a mudança de vida e tempo de participação dos sujeitos, e por fim, desejos futuros. Sob o olhar da gestão, o projeto de extensão:

Surgiu a partir de 2002 como CPV negros, era o pré – vestibular onde buscava principalmente aquela parte minoritária da sociedade onde você tinha vários, digamos assim, preceitos que levava em consideração para avaliação ou melhor para que esse aluno entrasse na universidade e aí um grupo de determinados professores tiveram, principalmente da área de humanas, a ideia de buscar e resgatar essa parte excluída da sociedade, que focaram aqui no Amapá principalmente dentro da universidade a questão dos negros, não apenas por ser uma minoria, mas por ser uma parcela da sociedade que se detectou que não tinha tanto acesso, assim, ao conhecimento e aos cursos de graduação. E depois passou de CPV negro para o pré-vestibular onde passou a desenvolver com mais força agora não só para o negro, mas foram trabalhando a parte mais carente da sociedade, tanto é que hoje ainda continua com o mesmo objetivo só que aí lógico não fica só para negros, mas para todos aqueles que tem uma baixa condição sócio econômica. Após o pré - vestibular que ao longo do tempo foi se desenvolvendo e que com as modificações também acontecendo a nível nacional com a implantação do Enem, inclusive sendo adotado pela própria instituição, se adquiriu uma nova característica que agora é voltado totalmente para o Enem (Coordenador do UNIENEM).

O UNIENEM passou por várias mudanças de nomenclatura, a ideia sempre foi a mesma, desde quando se chamava CPV Negros que era curso pré - vestibular para negros, tinha o intuito de promover o acesso à universidade aquelas pessoas que não tinham condições de pagar um cursinho preparatório na época do vestibular, aí à medida que foram mudando as formas de ingresso também teve a necessidade de dá um novo nome para o projeto, já que mudou a forma de acesso para o Enem, também ficou um curso eminentemente voltado para a prova do Enem (Diretora do DEX).

Percebe-se que através dos movimentos de resistência dentro da universidade são criados projetos extensionistas para atender um público alvo que muitas vezes não tem tanto acesso, assim, nesse espaço público. E o projeto UNIENEM é um exemplo disso, através dele é possível entender que a universidade não pode estar submissa apenas aos interesses do mercado, mas voltada principalmente para os interesses da sociedade e comunidade. O autor Leher (2015, p. 62) aponta a relevância da interação entre os movimentos sociais e a universidade

ao ressaltar que:

A articulação dos setores críticos da universidade com as lutas dos movimentos contribui para que tais movimentos tenham conhecimentos mais sistemáticos e fundamentados para muitos problemas, fortalecendo as lutas sociais; ao mesmo tempo, a interação dos movimentos com espaços da universidade, exigindo maior atenção aos problemas vividos pelo povo (e possibilitando outros prismas para o conhecimento científico), fortalece os setores críticos no espaço acadêmico comodificado, que, assim, têm suas pesquisas legitimadas pelas demandas sociais.

A interação entre os movimentos sociais e a universidade é percebida como essencial no cenário atual. Essa relação possibilita uma construção de um espaço dialógico onde há o fortalecimento da identidade dessas instituições. Isso contribui com a implantação de políticas como ações voltadas para a inclusão social.

Contudo, a intervenção dos movimentos sociais dentro da universidade é capaz de transformar a realidade dos sujeitos que fazem parte de uma região tão peculiar como a da Amazônia, que tem suas características próprias e se destaca por abranger uma sociedade diversificada sendo representada pelos quilombolas, negros, índios, ribeirinhos, entre outros que são ou deveriam ser alvos de políticas públicas do Estado.

Em relação ao processo de desenvolvimento do projeto, compreende-se que tem tido muita dificuldade na continuação de suas atividades por diversos fatores, mesmo trabalhando em parceria com a PROEAC e DEX, estes financiam o pagamento da bolsa monitoria aos discentes que lecionam no projeto (Tabela 2).

Tabela 2 – Valores aproximados do financiamento

ANO	VALOR DISPONIBILIZADO (R\$)
2016	102.300,00
2017	112.530,00
2018	115.200,00

Fonte: DEX/UNIFAP, 2019.

O coordenador do projeto salienta que realizam tanto processo de seleção para os alunos quanto para os professores. E antes de iniciar as atividades do projeto, é realizado um planejamento pedagógico, onde os docentes preparam suas aulas e elaboram o material que será utilizado pelos alunos dentro da sala de aula.

Acredita-se que além dos docentes participarem do planejamento

pedagógico, poderiam aperfeiçoar seus conhecimentos realizando um curso de oratória, comunicação, a arte de falar em público, a fim de melhorarem sua preparação para ministrar as aulas através de técnicas que facilitem a compreensão do ensino pelos alunos, pois apesar deles adquirirem experiência lecionando no cursinho, nem todos conseguem ter dinâmica de sala de aula para repassar o conteúdo que foi proposto, como verifica-se nas falas a seguir:

A gente mudou de monitores várias vezes porque eles não conseguiam passar as matérias, matemática, história, biologia, os professores eram empenhados, mas eles não conseguiam passar para a gente o conteúdo, a gente saía da sala com dúvida, as vezes a gente procurava outro professor, pedia para trocar (Grupo Focal – Aluna G).

Nesse ano o que pegou foi redação, porque tinha uma professora logo no começo que só trabalhava leitura, então se ela tivesse trabalhado com a gente desde o começo na prática, eu acho que tinha melhorado 100%, mas com isso foi trocado e eu consegui entender os conteúdos (Grupo Focal – Aluna I).

Tem graduando que já tem uma base legal assim também consegue ter uma dinâmica, isso é relativo de pessoa para pessoa, eu conheci pessoas que entraram com uma experiência bem baixa, bem pouca de sala de aula, no caso, e conseguiram evoluir grandiosamente, começaram bem timidamente, e no final do curso evoluiu muito, conseguiram ter dinâmica de sala de aula (Entrevista Individual – Aluno C).

Além disso, dentro do projeto UNIENEM tem outro projeto denominado “Escuta” onde os acadêmicos dos cursos de artes e teatro da universidade disponibilizam aulas dinâmicas e apoio psicológico, com o intuito de auxiliar aqueles alunos que possuem alguma limitação em sua aprendizagem. Isso possibilita uma aproximação mais efetiva com a realidade de cada um e acabam sendo muito mais do que professores do projeto como apontam as falas dos sujeitos abaixo:

Alguns alunos se identificam com o projeto em si e permanecem até o final justamente por conta dessa aproximação, conseguem sentir que estão sendo apoiados, alguns não tem pais, não tem mãe, não tem algum familiar que de repente vai lá e começa a influenciar ele, a dar um direcionamento. Só que as vezes o aluno precisa desse direcionamento, nesse processo de aprendizado, precisa ter essa aproximação. Então tem toda essa proximidade que vai fazer diferença, não é só um professor frio sem sentimentos que está ali na sala de aula com eles, é um ser humano (Professora E).

A gente aqui dentro trabalha de diversas formas, desde psicólogo, doutor, professor, amigo, pai, irmão, é tanta da situação que a gente passa aqui dentro (Professor A).

O projeto consegue ser além da sala de aula, rompe as fronteiras da sala de aula, do limite do que é ser professor e aluno, a gente acaba se envolvendo de uma forma que você acaba participando de todos os problemas deles na

realidade, eles tem uma certa confiança em nós (Coordenador do UNIENEM).

O professor B salienta que é preciso se colocar no lugar do aluno, participar da vida dele, acompanhá-lo na sua jornada e permitir que ele tenha a liberdade de mostrar que não é uma caixa vazia onde alguém vai apenas colocar o conhecimento dentro. O acompanhamento dos alunos realizado pelo projeto “Escuta” permitiu identificar os problemas sentimentais, psicológicos, traumas, uma infinidade de aspectos que os professores não conseguem acompanhar mais de perto.

A novidade para o ano de 2019 será a elaboração de apostilas a fim de facilitar a compreensão dos conteúdos pelos alunos, servindo como suporte para seus estudos. A cada seis meses é cobrado dos docentes um relatório contendo todas as atividades que foram desenvolvidas por eles.

Geralmente, as inscrições para participar do projeto são gratuitas, mas, nos últimos três anos tem sido solicitado aos estudantes um quilo de alimento não perecível (Figura 5). Em 2018, arrecadaram mais de quinhentos quilos de alimentos que foram doados ao abrigo “São José” que atende os idosos e foi realizada a distribuição de 160 kits de livros didáticos (Figura 6), doação feita pelos calouros do curso de Relações Internacionais da universidade, que serviram para os alunos como recurso pedagógico na sua jornada ao longo do curso.

Em 2019, foram arrecadados 780 (setecentos e oitenta) quilos de alimentos, onde 700 (setecentos) foram doados para a “Casa da Hospitalidade”, abrigo que atende crianças, adolescentes e adultos que são socialmente vulneráveis (Figura 7) e 80 (oitenta) foram doados tanto para pessoas carentes que se situam próximo da universidade quanto para os voluntários que auxiliaram o UNIENEM no dia que ocorreu as inscrições para o processo de seleção dos alunos que farão parte do cursinho neste ano.

Figura 5 – Alimentos doados ao projeto



Fonte: Registro realizado pela Autora, 2019.

Figura 6 – Livros doados ao projeto



Fonte: PIAP/UNIFAP, 2018.

Figura 7 – Doação de alimentos a Casa da Hospitalidade



Fonte: Registro realizado pela Autora, 2019.

Os projetos de extensão passam por muitos desafios e dificuldades dentro da universidade, sejam relacionados a questão financeira ou até mesmo estrutural. Isso dificulta seu desenvolvimento, e por mais que tenham um tempo de existência considerável na instituição muitas vezes não conseguem dar continuidade as ações propostas para a comunidade, devido a esses impasses. Nos discursos dos sujeitos observa-se que:

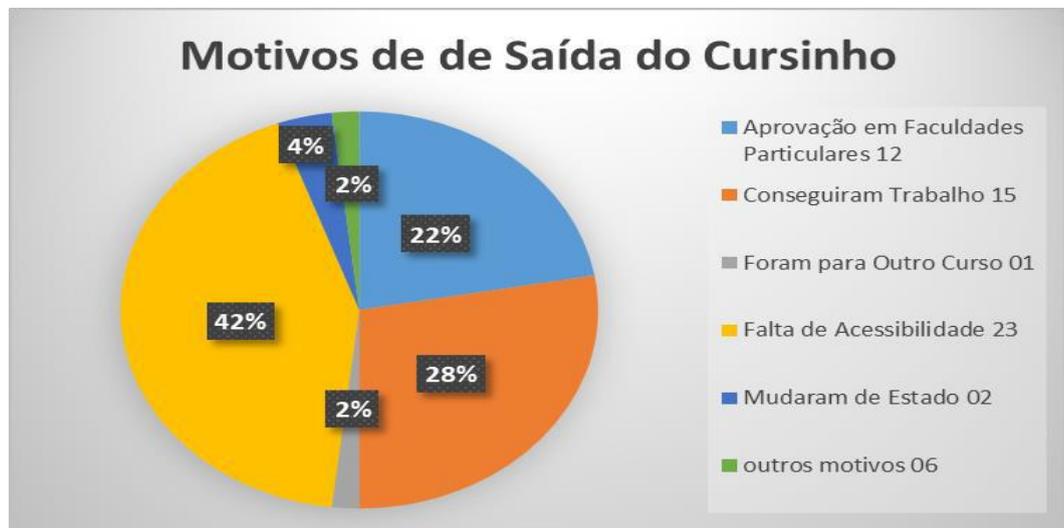
A dificuldade maior do projeto, hoje, que já tem mais de 15 anos de existência, vai desde materiais básicos e simples didáticos como: papel para a impressão, impressora, computadores para se trabalhar, enfim, apagador, pincéis, espaço até mesmo para desenvolver as turmas do UNIENEM (Coordenador do UNIENEM).

No meu ponto de vista, para a importância que o projeto tem, ele é desvalorizado pela universidade, de uma certa forma, a gente percebe pela estrutura, a gente tem um pouco de dificuldade, eu particularmente acho a estrutura muito pequena para o tanto de professores, a gente enfrenta problemas diários em relação a falta de dinheiro (Professora D).

No início, a dificuldade maior foi a questão de sala de aula depois a questão do material didático. Para o professor tudo isso é uma dificuldade enorme, pela questão financeira, falta de recurso didático, essa visibilidade que a universidade não tem para com os alunos e para com os próprios educandos que trabalham no projeto em si (Professor A).

Diante desse contexto, além desses problemas relatados anteriormente, ainda tem a questão da evasão dos alunos, que ocorre por diversos fatores, dentre eles: aprovação em outras faculdades, começam a trabalhar e não conseguem conciliar as duas atividades, participação em outro curso, falta de acessibilidade, mudança para outros estados (Gráfico 2) e a falta de recurso financeiro para pagar o transporte escolar como apontado especialmente na fala do Aluno H do Grupo Focal: “Tinha muita gente que disse que não vinha para a aula porque não tinha dinheiro para pagar o ônibus”.

Gráfico 2 – Dados relacionados a saída dos alunos do cursinho em 2018



Fonte: PIAP/UNIFAP, 2018.

Os sujeitos da pesquisa apontaram que problemas relacionados a falta de interesse e conteúdos avançados além do que estavam vendo no ensino médio fizeram com que muitos alunos desistissem do cursinho:

Uns foram falta de interesse e outros foi a dificuldade como falei pra vocês, transporte e alimentação. Teve muito conteúdo que a gente viu aqui que no ensino médio a gente não chegou a ver, entendeu. Então como era um conhecimento novo teve muita gente que teve dificuldade (Grupo Focal – Aluna G).

Alguns diziam, assim, que era mais porque estavam no ensino médio e não estavam conseguindo juntar os dois conhecimentos que eles estavam tendo aqui e lá na escola deles, eles estavam falando que aqui estava sendo mais avançado do que eles estavam aprendendo lá e estavam ficando tipo um pouco difícil e aí muitos desistiram por causa disso (Grupo Focal – Aluno J).

Para o coordenador do projeto essa evasão é substitutiva, pois sempre tem uma lista de alunos no cadastro de reserva esperando serem chamados para fazerem parte do cursinho, ou seja, a turma nunca fica vazia, como a procura é muito grande sempre tem alguém para preencher a vaga liberada pelos alunos que tiveram seus motivos para se ausentarem das aulas.

Segundo o Professor B, em 2017, o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Amapá - SETAP, setor responsável pela disponibilização do benefício do passe livre destinado a estudantes e universitários matriculados em instituições de ensino públicas, propiciou meia passagem também para os alunos que faziam parte do cursinho gratuito oferecido pela universidade, mas no ano seguinte esse benefício foi retirado dos alunos e muitos desistiram de estudar por conta disso.

O coordenador do projeto salienta que nos anos anteriores o cursinho funcionava no turno da noite e que passaram a disponibilizar as aulas no período da tarde em caráter experimental, mas não tiveram muito êxito devido receberem muitos adolescentes que não tem compromisso nesse horário, que chegam a ir até a universidade, mas não entram em sala de aula, por esse motivo tiveram um índice de evasão muito alto. Por conta disso, o cursinho passará a funcionar somente no período noturno neste ano de 2019.

Ressalta-se que o maior desafio abordado pela coordenação, além de ter que lidar com as dificuldades diárias, foi o desejo da realização da institucionalização do projeto. A questão da institucionalização da extensão na universidade, apesar dos avanços ao longo do tempo, ainda é um desafio no contexto atual e no âmbito das universidades. Existem programas com grande relevância para a comunidade e sociedade que deveriam ser institucionalizados, mas não tem o reconhecimento esperado. Essa percepção é pontuada nas seguintes falas:

Já era pra ser um projeto institucionalizado. Agente não manda ninguém para a sala de qualquer forma. É um laboratório que a universidade tem e não está sabendo valorizar. Institucionalizar o projeto e tornar ele um laboratório para as licenciaturas da universidade. Porque a universidade não criou um olhar ainda mais com reponsabilidade para o projeto (Coordenador do UNIENEM).

Por ter tanto tempo assim, acho que a universidade deveria ter um olhar mais carinhoso por ele, por justamente trabalhar com pessoas que entrarão na instituição e que futuramente vão contribuir também com ela e com a sociedade como um todo (Professora D).

De uma certa forma a universidade não olha com os olhos que deveria olhar para um projeto de tanta importância, que é o futuro da universidade que está ali (Professor B).

O coordenador do projeto ressalta que ainda não tiveram a oportunidade de dialogar com a gestão da universidade para mostrar que ela tem um laboratório dentro do cursinho onde trabalham com todas as licenciaturas ofertadas pela instituição e infelizmente não estão valorizando. E que precisam desse olhar com mais responsabilidade da gestão para alavancar esse projeto porque estão sendo cobrados pela sociedade e precisam dar o retorno que se espera dele.

Em relação à institucionalização da extensão, pode-se constatar no documento do FORPROEX (2012, p. 27) que:

A institucionalização da Extensão Universitária, nos níveis constitucional e legal, tem sido acompanhada por iniciativas importantes de sua implantação e implementação. Mas é preciso ressaltar, tendo em vista os espaços em que ela ainda não foi normatizada ou ainda não é implementada, sua importância para a renovação da prática e métodos acadêmicos. Sem as ações extensionistas, como já salientado, corre-se o risco de repetição dos padrões conservadores e elitistas tradicionais, que reiteram a endogenia, abrem espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas e, assim, impedem o cumprimento da missão da Universidade Pública.

Diante do contexto do neoliberalismo, as universidades têm que mostrar que estão sendo produtivas e como o Estado se distancia cada vez mais da obrigação do financiamento das atividades dentro destas instituições, elas acabam sendo transformadas em agências de prestação de serviços voltadas para a sociedade mercantil, são privatizadas tendo seus cursos a missão de se financiar com recursos próprios e acabam realizando cobranças de mensalidades dos alunos nos projetos de extensão (PAULA, 2002). As falas dos sujeitos a seguir corroboram com essa mesma ideia quando afirmam que:

Se você fortalece o ensino privado, sucateia o público, os grandes grupos vão ganhar muito dinheiro com o ensino superior, então os projetos de governo

que vêm no sentido do liberalismo econômico querem de qualquer forma enfraquecer a universidade e não é a privatização cobrando mensalidade, mas sim, aquela que vamos ser mais asfixiados com pouco recurso para fazer extensão. Ai você se vê obrigado a cobrar a taxa de inscrição do projeto, cobrar mensalidade do projeto, hoje já tem dispositivos dizendo que você pode cobrar, na nossa universidade não cobra, mas tem outras instituições, no Brasil, que já cobram por um curso de extensão e a universidade pública vai se vendo asfixiada para fazer cada vez mais com dificuldades de tocar os projetos, os programas (Diretora do DEX).

Nós sabemos que no Brasil as universidades, elas tem dinheiro destinado, ironicamente os acadêmicos são cobrados para desenvolverem ensino, pesquisa e extensão. Porém nós sabemos que não existe verbas regulamentado para a extensão, isso já cria um viés de dificuldade porque se você não tem dinheiro, você não tem como fazer muita coisa (Coordenador do UNIENEM)

Acho que deveria ter um orçamento específico voltado para o cursinho, para manter, acho que se tivesse seria muito grandioso para os alunos e conseqüentemente para a instituição, eles cresceriam juntos, um leva o outro (Entrevista Individual - Aluno C).

As universidades precisam pensar em uma forma de se manterem para que não necessitem realizar essas cobranças nas ações voltadas para a comunidade. Quando isso ocorre é inevitável não privatizá-la, essa realidade está sendo vivenciada por muitas instituições públicas no Brasil. E com o corte no orçamento da Educação a tendência é buscar apoio no setor privado para continuarem desenvolvendo suas múltiplas funções, mas ao invés de fortalecer os interesses sociais acabam privilegiando os interesses do mercado.

Como o recurso que a instituição disponibiliza não é suficiente para manter as despesas do cursinho, só dá praticamente para realizar o pagamento dos professores, muitas vezes é realizado a solicitação de ajuda financeira ou uma pequena forma de auxílio a todos os envolvidos no projeto: alunos, professores e coordenador. Todos disponibilizam o pouco que têm para continuarem desenvolvendo essa ação que faz tanta diferença na vida da sociedade amapaense.

Os professores A e B afirmaram que fazem coleta para conseguirem o material necessário para aplicação dos simulados e trabalham em parceria para continuar desenvolvendo uma educação com qualidade aos alunos do projeto. A aluna G afirmou que tudo era financiado pelo projeto, mas quando precisava, os alunos ajudavam na coleta para comprar o material para conseguirem fazer os simulados que geralmente ocorriam de três em três meses.

A Diretora do DEX afirma que com o processo de interiorização da universidade é possível alcançar outros municípios por meio da extensão e dentro do

planejamento do departamento, em 2019, serão desenvolvidas ações voltadas para o fortalecimento de duas áreas temáticas: a educação com foco voltado para o esporte e a cultura.

Infere-se que o projeto, ao longo dos anos, teve a oportunidade de expandir para outros municípios, ele tem sua relevância tanto para a população que se localiza aos arredores da universidade quanto para aqueles que vivem no interior do Estado. E faz a diferença na vida das pessoas, muda o pensamento delas em relação ao ambiente universitário. Muitos entram somente para acessar a Educação Superior e acabam construindo uma vida acadêmica e profissional dentro da própria instituição, como verifica-se nos discursos a seguir:

O projeto foi tudo na minha vida porque foi o início da minha carreira acadêmica e profissional, mudei a estrutura social no geral mesmo, tanto econômica como também de conhecimento, ele facilitou a entrada de muita gente no mercado de trabalho e na própria universidade. Ele foi interessante na minha vida porque fui aluno do programa e via a necessidade de ajudar, então prometi para mim que quando eu passasse no vestibular eu ia voltar para dar aula no programa e depois eu comecei a fazer isso. Ele se expandiu para o interior também, dei aula no município de Oiapoque, Amapá, Calçoene, Tartarugalzinho e Porto Grande. Além disso, também estava me preparando para concurso, era bolsista de outro programa da universidade, e queria ser servidor da universidade, comecei a estudar para concurso e consegui alcançar todos os níveis até chegar no próprio mestrado (Entrevista Individual - Aluno E).

Ele é de suma importância no que se refere a minha futura profissão como professora, na questão financeira que também ajuda e a experiência que para mim é ímpar. O UNIENEM chegou numa hora muito importante da minha vida e assim eu me sinto muito mais preparada para sair daqui e encarar minha profissão, mais segura de si e confiante e fico muito feliz de ter participado do projeto porque eu que vim de uma escola de periferia e não tinha muito acesso a esse mundo universitário tanto é que quando cheguei levei muitas porradas em relação a isso porque a gente imagina outra coisa, quando não é da vivência da gente (Professora D)

Esse projeto tem feito diferença na vida das pessoas não só nos que são beneficiados, que é a comunidade, mas também dos alunos que são monitores, porque você tem vários casos de pessoas, eu diria que o exemplo mais sucedido desse projeto é o Professor Rosivaldo Gomes ele foi monitor do CPV negros e hoje é professor da universidade, na última eleição concorreu ao posto mais alto da universidade, para a Reitoria (Diretora do DEX).

Verifica-se, nas falas dos sujeitos, a relevância do projeto para a comunidade e sociedade e o impacto que tem proporcionado na vida dos sujeitos nessa ação desenvolvida pela universidade. Percebe-se que alguns participantes do projeto foram alunos, depois professores e atualmente são servidores efetivos, docentes e técnicos da instituição, além de continuarem aperfeiçoando sua formação

através da carreira acadêmica com mestrado e doutorado.

As falas dos alunos A e C da entrevista individual, apontam que o projeto contribuiu com um vasto conhecimento necessário para a inserção deles no ensino superior, tendo em vista que não tiveram uma base adequada no ensino médio. Além disso, para a Aluna G do Grupo Focal, o projeto foi uma oportunidade de conhecer a universidade e despertar o desejo de adentrar os muros dessa instituição para fazer um curso superior e ampliar a visão que se tem de mundo.

A Professora E ressalta a importância que o projeto tem na vida dos acadêmicos que estão iniciando uma carreira profissional, pois contribui com a autonomia do graduando na transformação da sua própria formação, além de transformar a vida de outras pessoas. Complementando esse posicionamento o Professor C destaca que através do projeto é possível adquirir experiências, errar, acertar e identificar como será a vida profissional futuramente.

Em relação ao tempo de participação dos sujeitos no projeto, de acordo com as respostas dos sujeitos, alguns entraram no início do projeto e permaneceram até sua finalização. Outros participaram mais de uma vez do projeto devido não terem conseguido aprovação imediata dificultando, assim, a sua inserção no ensino superior, como constata-se nos discursos abaixo:

Fiquei dois anos e alguns meses, quase três anos no projeto, não consegui obter sucesso de passar na primeira vez que fiz o vestibular ai meados do terceiro ano eu consegui passar, na verdade eu comecei a estudar para concurso nesse período, ai eu acabei fazendo vestibular e conseguindo aprovação. Eu vim de escola pública e também do supletivo, e acho que foi por isso meu retardamento nesse sentido da aprovação, o conhecimento base, médio e fundamental, na realidade as nossas escolas públicas não são das melhores, tive dificuldades (Entrevista Individual - Aluno C).

Fiz parte do projeto durante 6 anos, o tempo que estudei e dei aula. Estudei dois anos e alguns meses, foi até uma decepção não sair meu nome na lista. Eu acho que minha dificuldade foi falta de tempo sempre trabalhei e estudei. Eu vinha andando para a universidade, mas a dificuldade maior é o cansaço do trabalho. Porque eu trabalhava como lanterneiro (cara que mexe com carro, ajeita carro) e é um trabalho muito puxado, muito pesado e ai tinha dia que eu não vinha para o cursinho (Entrevista Individual - Aluno E).

Foi o ano inteiro. Minha dificuldade maior foi mais a questão do transporte, vir para cá estudar, eu moro longe, a parada mais próxima de casa fica há dois quilômetros, então eu tinha que ir cedo. Quando eu não pegava ele eu tinha que ir de bicicleta mesmo (Grupo Focal - Aluno H).

Cheguei no cursinho desde o começo e consegui chegar ao final, isso foi para mim uma grande vitória, jamais pensei que ia conseguir porque é muito cansaço, é muito estresse. A minha dificuldade foi de estar no ensino médio e fazer o cursinho ao mesmo tempo. Tinha que tirar um tempo para estudar,

conciliar as duas coisas, escola e cursinho, pensei muitas vezes em desistir, e eu dormia muito na sala, logo no começo. Mas eu fui me acostumando, eu chegava em casa e chorava porque vinha na minha cabeça que eu não ia conseguir e eu estava perdendo tempo aqui. Ai os professores foram me apoiando e incentivando, isso me dava forças pra continuar (Grupo Focal - Aluna I).

Além do tempo de permanência no projeto, os sujeitos apresentam também em suas falas as dificuldades em conseguir acessar o ensino superior. Ressalta-se que ser aluno de escola pública, trabalhar e estudar ao mesmo tempo, depender de transporte para se locomover devido morar muito distante da universidade e conciliar o ensino médio com o cursinho são fatores que dificultaram o empenho dos alunos e retardaram o alcance dos seus objetivos.

A Aluna B da Entrevista Individual destaca que quem vem de escola pública sempre tem dificuldade. Ela era casada e tinha filho quando estava frequentando o ensino médio, e como não tinha com quem deixar a criança precisava levá-lo para a escola. Quando conseguiu ingressar na universidade essa rotina permaneceu a mesma, levava o filho também para a instituição e continuou assim até conseguir sua formação.

Destaca-se que os sujeitos pesquisados vieram de escolas públicas com um ensino deficitário, apresentando dificuldades em algumas disciplinas como apontado na fala da Aluna G do Grupo Focal: “A minha dificuldade é química e física, eu não gosto” e na fala do Aluno J do Grupo Focal: “Minha dificuldade era sempre em relação ao Português”.

O projeto UNIENEM serviu como um apoio para esses alunos alcançarem uma vaga na Educação Superior. Muitos não têm condições de acessarem uma educação de qualidade, vivem em uma situação desfavorável, excluídos a margem da sociedade e não podem pagar um cursinho particular. De acordo com Goldemberg (1993, p. 70):

As deficiências do sistema educacional brasileiro constituem certamente um entrave para a modernização da sociedade e precisamos reconhecer que: a qualidade do ensino, tanto público como privado e em todos os níveis é, na maioria dos estabelecimentos, muito deficiente; apesar da quase universalização do acesso à escola que se logrou atingir, uma porcentagem demasiado pequena dos alunos consegue completar os oito anos de ensino básico obrigatório; o ensino de nível médio não consegue preparar adequadamente os estudantes para a universidade, nem para o ingresso no mundo do trabalho; a formação oferecida nas universidades não promove a qualificação que seria necessária; e a pesquisa é, no mais das vezes, incipiente ou inexistente.

O cursinho preparatório para o ENEM, portanto, é uma oportunidade dos menos favorecidos conseguirem alcançar seus objetivos, adquirindo e aprimorando seus conhecimentos. Pode-se verificar na fala dos sujeitos se realmente esses conhecimentos adquiridos no projeto foram relevantes para o alcance dos seus objetivos, como demonstrado abaixo:

Eu tirei nota maior do que ano passado, eu fiquei até surpreso. O projeto ajudou bastante tanto em relação a nota quanto o psicológico, eles davam aula de teatro, apoio motivacional que eu não tinha muito. Eles ajudavam a gente a se concentrar, a treinar a respiração, e isso ajudou bastante na hora da prova. O que matou ano passado foi mais a questão do nervosismo (Grupo Focal - Aluno H).

Em questão do conhecimento o cursinho eu vejo como apoio, é um modo de você se apoiar no que não entende em casa, é a casa e o cursinho um ajudando o outro. Ele foi de grande valia pelo fato de coisas que eu não entendia em casa eu vinha com os professores que sempre estavam abertos a tirar aquela dúvida (Grupo Focal - Aluna G).

Foi muito bom por que eu já era mãe e no último ano do ensino médio foi conturbado para mim, foi um período que eu tive que me concentrar mais, de certa forma contribuiu muito pra minha aprovação no vestibular (Entrevista Individual - Aluna B).

Através dele adquiri muitos conhecimentos que futuramente vieram me proporcionar aprovação no vestibular da UNIFAP (Entrevista Individual - Aluno C).

Se eu entrei na universidade foi porque eu tive essa oportunidade de estar estudando aqui, estudando com os professores daqui e tive essa oportunidade de poder estar fazendo o cursinho, eu não teria condições de pagar um cursinho (Entrevista Individual - Aluna F).

Ressalta-se nas falas dos sujeitos a relevância do cursinho como apoio em sua formação, e como os professores que lecionam no projeto inspiram confiança nos estudantes que não tem muitas perspectivas ao saírem do ensino médio, ao repassarem conhecimentos que foram imprescindíveis, a fim de que eles pudessem ter a possibilidade de acessar o ensino superior.

Verifica-se que as expectativas para o futuro em relação ao projeto, na fala do Professor A, estão relacionadas a conscientização dos alunos em relação a relevância da educação para uma perspectiva de vida melhor. E que o projeto possa continuar abrindo as portas para que as pessoas economicamente carentes possam ter a oportunidade de ter um futuro mais próspero.

O coordenador do UNIENEM tem como expectativa futura a institucionalização do projeto, o intuito é fazer com que ele se torne um laboratório para as licenciaturas da universidade, tenha mais visibilidade e atinja o tripé

universitário. A ideia é unir os conhecimentos das diversas áreas para a produção de artigos científicos com a finalidade de publicação em revistas, jornais e participação em congressos. Além de almejar também parceria com algum senador ou deputado a fim de conseguir verbas parlamentares para auxiliar no funcionamento do cursinho.

Vale ressaltar que o projeto recebia emenda parlamentar antes dele assumir a sua gestão, mas de acordo com o coordenador devido alguns problemas esse benefício foi retirado do programa e quando entrou no projeto não existia mais nenhuma verba.

Portanto, a continuação do projeto depende de um bom planejamento, supervisão e acompanhamento por parte da administração, por meio de uma preparação mais eficiente dos docentes, de um espaço com boas condições estruturais para atender os alunos, ter recurso suficiente para suprir as demandas diárias das ações que são desenvolvidas durante o ano, caso contrário, não conseguirá cumprir seu objetivo de atender a comunidade e a sociedade como um todo. E deixar que essa ação tão essencial não exista mais devido a esses impasses é um grande equívoco e até mesmo uma falta de reconhecimento da identidade da universidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, partindo da perspectiva em abordar sobre extensão universitária, em especial o projeto de extensão UNIENEM, desenvolvido na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), procurou revelar a relação de integração entre universidade e sociedade e verificou que através de ações destinadas a um determinado público é possível mudar a realidade social.

No desenvolvimento do estudo realizou-se um recorte do contexto atual da universidade abordando aspectos relevantes como: suas múltiplas funções, os modelos que influenciaram a sua criação no Brasil assim como o modelo que predomina atualmente e a sua relação com a sociedade. Discutiu-se também sobre extensão universitária, a sua relação com a universidade e sociedade, suas experiências no Brasil e na UNIFAP e suas concepções e práticas extensionistas.

No primeiro capítulo, 'O papel da universidade na sociedade', discorremos sobre o contexto atual dessa instituição criada tardiamente no Brasil, que vem passando ao longo do tempo por mudanças constantes em suas múltiplas funções e em seu modelo predominante na sociedade. Dessa forma, discutimos a relevância dessa instituição para a sociedade que assume o papel de produtora e transmissora de conhecimento levando em consideração também os outros conhecimentos e saberes que circundam o meio social.

Esse reconhecimento de outros conhecimentos e saberes possibilita que a universidade promova uma inter-relação dialógica com a comunidade, onde todos os envolvidos no processo são beneficiados e aprendem a valorizar a identidade um do outro. Isso só é possível se houver uma reforma do pensamento, assim, a universidade pode identificar os problemas que ocorrem ao seu redor, além de continuar sendo uma instituição que tem responsabilidade social.

Através de políticas públicas, ações de extensão e projetos é possível abranger uma parte da população que é de certa forma excluída ou que vive à margem da sociedade. A educação superior ainda é um privilégio para poucos, apesar dessa situação está mudando ao longo do tempo. Tendo em vista ter surgido várias instituições particulares que possibilitam o indivíduo acessar de forma rápida o ensino, mas isso gera muitas consequências, principalmente a oferta de uma educação de má qualidade, o que produz profissionais despreparados para o mercado.

O foco está sendo voltado para o capitalismo neoliberal, onde a educação fica à mercê dos interesses do mercado. As instituições públicas de ensino superior necessitam repensar o porquê de sua existência e se posicionar frente aos interesses sociais, proporcionar um sistema educativo onde os sujeitos possam ser mais ativos, humanos e críticos na sua formação e em relação aos desafios postos a eles diariamente.

Na realidade, muitas universidades públicas estão sofrendo um processo de sucateamento e com a redução de investimentos pelo Estado em relação aos recursos financeiros, algumas têm buscado apoio no setor privado para se manterem e se desenvolverem, isso acaba privatizando a instituição e ocasionando sérios problemas. Algumas instituições privadas acabam se tornando uma fábrica de diplomas, não tem tanto compromisso com a educação e nem abrangem o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão.

No segundo capítulo, 'Extensão Universitária e a relação de integração entre universidade e sociedade', vimos que é possível uma ação extensionista proporcionar um processo dialógico entre essas instituições. O caso do projeto UNIENEM, cursinho preparatório para o ENEM, é um exemplo dessa interação onde possibilita aos estudantes com situação de vulnerabilidade socioeconômica adentrar os muros da universidade/faculdade para acessar o ensino superior.

Esse projeto está vinculado ao Programa de Inclusão, Acesso e Permanência (PIAP) da UNIFAP e tem dezoito anos de existência. Ele teve mudança na sua nomenclatura três vezes, mas não mudou sua essência, seu objetivo a ser alcançado. O seu ideal vai além do assistencialismo, tendo como uma de suas preocupações romper com a exclusão social do indivíduo que não tem tanta oportunidade de acessar um espaço universitário, além de proporcionar aos professores um fortalecimento na sua formação acadêmica ao vivenciarem a prática pedagógica.

Diante da sua visibilidade como uma ação coletiva que luta pela democratização do ensino tem sido um dos projetos mais procurados pela comunidade. Apesar de receber financiamento da universidade, o projeto não tem o reconhecimento devido pela gestão. O recurso disponibilizado consegue suprir o pagamento das bolsas dos professores, mas em relação ao material de consumo e expediente não é suficiente para atender as demandas durante o ano letivo.

Por fim, no terceiro capítulo, 'A Extensão Universitária e o Projeto UNIENEM', evidenciamos os instrumentos utilizados para desenvolver a pesquisa. Devido ter sido abordado uma pesquisa qualitativa, entrevistamos individualmente oito sujeitos, ou seja, seis representantes dos alunos que participaram do projeto e ingressaram no ensino superior e dois representantes da gestão da universidade. E aplicamos grupos focais com nove sujeitos, ou seja, quatro representantes dos alunos que participaram do projeto e não ingressaram no ensino superior e cinco representantes dos professores que lecionam no projeto.

Na análise das falas dos sujeitos, questões referentes a extensão universitária; projeto de extensão UNIENEM (dificuldades, desafios, desenvolvimento, efetividade, acompanhamento e avaliação de seus resultados); mudança de vida dos alunos, conhecimentos adquiridos no projeto e dificuldade de inserção na universidade; e integração entre universidade e sociedade ficou evidente que, através do projeto de extensão pesquisado a universidade consegue ter uma interação e aproximação com a sociedade e a comunidade local.

A análise realizada foi em torno de três eixos: O primeiro eixo analisado foi a extensão na universidade através das experiências vividas pelos sujeitos. Os resultados mostram que os alunos do projeto são os sujeitos responsáveis pela sua formação, sendo os professores apenas um suporte nesse processo.

Os achados na pesquisa deste eixo proporcionam discussões sobre o papel da universidade e o espaço que a extensão tem tido nessa instituição. No projeto há um envolvimento e integração entre todos os participantes, existe um cuidado maior com o bem estar do outro, uma preocupação que vai além da inclusão dos sujeitos na educação superior.

Constatou-se que como a universidade apresenta uma resolução desatualizada que regulamenta a extensão, ela busca atender as diretrizes recomendadas pela Política Nacional de Extensão Universitária. E o projeto UNIENEM atende principalmente as diretrizes: Interação Dialógica, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social.

O projeto pesquisado não possui estrutura própria para a realização das aulas, tem apenas um espaço onde funciona a coordenação do programa ao qual é vinculado. É avaliado através de relatórios semestrais. Porém, verificou-se que esses relatórios são descritos de forma desordenada, dificultando o entendimento das informações e dos dados que constam neles. A universidade não possui indicadores

de desempenho para realizar a avaliação, monitoramento e efetividade dos seus projetos.

O segundo eixo analisado, a integração entre universidade e sociedade, revela como essa aproximação pode acontecer, de que forma a extensão pode contribuir para que isso ocorra, identificando qual seu significado na relação entre essas instituições. Os sujeitos relataram que o projeto oportuniza a inclusão social, ao ensino superior, daqueles que não tiveram oportunidades, nem o privilégio de acessar uma educação de qualidade e também serve como laboratório para os acadêmicos dos cursos de licenciatura da universidade fortalecerem o conhecimento adquirido dentro da sala de aula e aplicá-los em prol da sociedade.

Observou-se que, nas falas dos sujeitos, os alunos do projeto não utilizam os serviços disponibilizados pela universidade como: auxílio refeição, transporte e serviço psicossocial. Permitir que esses alunos sejam beneficiados com esses serviços básicos que são privilégios apenas dos acadêmicos também seria uma forma de integrá-los a instituição. A universidade precisa desenvolver ações para que a sua existência seja reconhecida pela sociedade.

A participação da sociedade e da comunidade nas ações extensionistas possibilita um confronto com a realidade e o reconhecimento de que não existe um conhecimento superior ao outro. Através das percepções dos sujeitos foi possível identificar que mediante uma ação de extensão universitária é possível democratizar o conhecimento, construir uma dimensão dialógica, inter-relação entre os diversos saberes e ter indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O terceiro eixo analisado, o projeto de extensão UNIENEM, mostra a percepção dos sujeitos sobre essa ação desenvolvida na universidade. Destaca-se que o projeto surgiu a partir de um movimento de resistência dentro da universidade que buscava atender os negros da sociedade amapaense e aqueles com situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Os sujeitos relataram que os alunos não recebem apoio do setor responsável pelo passe livre, muitos desistem de estudar porque não tem como pagar o transporte público. E que apesar de todo esforço dos professores nem todos conseguem transmitir seus conhecimentos para os alunos. A fim de facilitar o aprendizado e a formação deles serão disponibilizadas apostilas no ano de 2019. Além disso, os professores poderiam aperfeiçoar seus conhecimentos através de cursos como: oratória, comunicação e a arte de falar em público, assim aprenderiam

técnicas de ensino para utilizarem com os alunos e facilitarem o aprendizado deles.

Outro fator mencionado é que o projeto não é institucionalizado e precisa concorrer com outros através de um edital ofertado pela Pró - Reitoria de Ações Comunitárias (PROEAC), para garantir o recurso financeiro naquele determinado ano. Ele recebe financiamento para realizar o pagamento das bolsas de monitoria, mas para subsidiar a compra de materiais de expediente precisa fazer coleta com todos os envolvidos que participam dele.

Identificou-se que dentro do projeto UNIENEM existe outro projeto denominado “Escuta”, o qual os alunos tem apoio psicológico através dos graduandos de cursos, artes e teatro, da universidade. Mas não tem um coordenador pedagógico que faça o acompanhamento do desempenho dos alunos, ou seja, do seu processo de aprendizagem.

Constatou-se na pesquisa que a página do PIAP da UNIFAP possui um layout simples, intuitivo e de fácil compreensão onde auxilia seus usuários na busca de informações referentes aos projetos que são vinculados a ele, porém detectou-se que ela se encontra desatualizada, seria interessante terem mais atenção em relação à atualização diária das informações na plataforma para torná-las acessíveis ao público em geral. Em relação aos 15 primeiros anos de existência do projeto de extensão estudado não existem informações consolidadas sobre o mesmo, isso nos mostra que não existe uma base de dados que alimente as informações necessárias e essenciais.

Faz-se imprescindível que um projeto que tem tanto tempo de existência dentro da universidade e é tão relevante para a sociedade e comunidade tenha um acervo de informações relevantes e disponíveis para que a população possa acessar, isso poderia ser feito através de um sistema com um banco de dados para controle e acompanhamento, assim ele conseguiria ter mais efetividade, visibilidade e reconhecimento.

Recomenda-se o desenvolvimento de metodologias de gerenciamento de projeto, assim como a aplicação de técnicas e ferramentas essenciais para que os objetivos definidos sejam alcançados. A utilização de indicadores de desempenho para avaliar, supervisionar e monitorar os resultados que vem tendo ao longo de seu desenvolvimento seria uma forma de aperfeiçoamento do projeto de extensão pesquisado. Além disso, poderiam investir na divulgação do projeto para seu fortalecimento junto à sociedade.

Assim, ao discutirmos a extensão universitária, evidenciando a relação de integração entre universidade e sociedade, estamos mostrando que é preciso repensar a função da extensão dentro do espaço universitário, destacá-la como essencial no processo da indissociabilidade entre ensino e pesquisa ainda é um desafio para muitas instituições de ensino. As dificuldades e incertezas em relação à prática de extensão são inevitáveis, seja pela falta de recursos ou até mesmo pelo não reconhecimento dessa prática, mas acreditamos que através da extensão um conhecimento novo pode ser construído na interação com a sociedade, por isso, vale a pena continuar investindo nela.

REFERÊNCIAS

- ABAD, Maristela. **Extensão Universitária e sua Eficácia**: estudo de caso do UnB Idiomas. 2015. 134f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós - Graduação em Economia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <repositorio.unb.br/bitstream/10482/21035/1/2015_MaristelaAbad.pdf>. Acesso em: 20 ago 2017.
- ALMEIDA, W.M. **Que elite é essa de que tanto se fala?** - sobre o uso indiscriminado do termo a partir de perfis dos alunos das universidades públicas. [s. l.]: ANPED, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt14-1794-int.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova**: textos críticos e esperançosos. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- ANDRADE, Maria Edgleuma de. **Universidades estaduais no contexto da expansão do ensino superior**. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. [S.l.]: ANPAE, 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0357.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- ARROYO, Daniela Munerato Piccolo. **A Meta-Avaliação e a Extensão Universitária**: um estudo de caso. 2010. 173f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas: PUC - Campinas, 2010. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp141243.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2017.
- BASTOS, Fábio de Mendonça. **Neoliberalismo e a Recente Política de Privatização no Brasil**: o caso da malha Nordeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. 2003. 167f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) - Programa de Mestrado em Engenharia de Transportes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4843/1/2003_dis_fmbastos.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- BERTOLIN, Júlio C. G. **Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização** – período 1994-2003. 2007. 281f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10339/000593863.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 ago. 2017.
- BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da Universidade à Commodity**: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

BILHIM, João Abreu. Políticas públicas e agenda política. In: **Orações de Sapiência**. Lisboa: ISCSP, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/292141803_Politicass_publicas_e_agenda_politica>. Acesso em: 10 mar 2019.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. Presidência da República. Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o programa de apoio a planos de reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 abr.2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 10 out .2018.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 set 2017.

BRESSER-PEREIRA, L.C., GRAU, Nuria Cunill. **Entre o Estado e o Mercado: o público não estatal**. Rio de Janeiro: EdFGV, 1999. Disponível em: < <http://www.reformadagestaopublica.org.br/papers/1998/84PublicoNaoEstataRefEst.p.pg.pdf>> . Acesso em: 20 set. 2017.

CABRAL, N. G. **Saberes em Extensão Universitária: contradições, tensões, desafios e desassossegos**. 2012. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós de Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49409/000836465.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CAMPOS, Névio de. Qual o papel social da universidade no século 21? **Gazeta do Povo**, Paraná, 2012. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/qual-o-papel-social-da-universidade-no-seculo-21-31436hclxgubv4y45vsgmvexa/>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Itatiba, v. 10, n. 10, p. 23 - 28, 2007. Disponível em: < <http://revista.pgsskroton.com.br/index.php/educ/article/download/2133/2030>>. Acesso em: 05 de set 2017.

CASTRO, Aline Tamires Kroetz Ayres. **Extensão Universitária e Formação Política na Universidade Pública: o caso Projeto Rondon na UFRGS e na UDESC**. 2015. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/134809>>. Acesso em: 16 ago.

2017.

CÉSAR, Sandro Bimbato. **A indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão e a Gestão do Conhecimento**: estudo em uma universidade brasileira. 2013. 44 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós – Graduação em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, MG, 2013. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/sigc/article/viewFile/1918/1226>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003. Disponível em: <http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/Costa_castanha.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

COSTA, Lucia Cortes da. O governo FHC e a reforma do Estado Brasileiro. **Revista Pesquisa & Debate**, v. 11, n. 1, p. 49-79, 2000. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/viewFile/11922/8632>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. 3.ed. São Paulo: EdUNESP, 2007.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, v.4, n. 24, p. 5–15, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

DEMO, Pedro. Educação e desenvolvimento: análise crítica de uma relação quase sempre fantasiosa. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 15–31, 1999.

DIAS, Cláudia Augusto. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Revista informação & Sociedade**, v. 10, n. 2, p. 1 - 12, 2000. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/330/252>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 88, p. 703–725, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a04v2588.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

DÍEZ GUTIÉRREZ, Enrique Javier. La globalización neoliberal y sus repercusiones en educación. **Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado - REIFOP**, Espanha, v. 13, n. 2, p. 23-38, 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=217014950003>>. Acesso em: 17 mar 2019.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2007.

ELTERMANN, Eddy Ervin. Concepção de Universidade: das questões teóricas à

representação no senso comum. In: IX ANPED SUL - Seminário de pesquisa em educação da região Sul, 2012, Tubarão, **Anais eletrônicos...**, p. 1–16, 2012.

Disponível em:

<www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/1555/735>.

Acesso em: 26 ago. 2017.

FAGUNDES, Helenara; MOURA, Alessandra Ballinhas de. Avaliação de programas e políticas públicas. **Revista Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 89–103, 2009. Disponível em:<

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/5676/4129>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil: das origens a construção**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2000.

FERREIRA, S. Reforma da Educação Superior no Brasil e na Europa. Em debate aos novos papéis sociais para as universidades. In: XXIII Reunião Anual da Anped, 2010, Caxambu, MG. **Anais eletrônicos...**Caxambu, MG: GT Política do Ensino Superior, 2010. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/372.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

FORUM DE PRÓ REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: EdUFSC, 2012. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universidade, 2013.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2010.

FONSECA, J. J. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: EdUECE, 2002.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Extensão ou Comunicação?** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GOLDEMBERG, José. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 7, n. 18, p. 65–137, 1993. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v7n18/v7n18a04.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229–1256, 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/User-pc/Downloads/37162-146083-1-PB.pdf>>. Acesso em 17 ago. 2017.

GRUGINSKIE, Claudete Lampert. **Universidade Pública e sujeito político: olhares**

dos estudantes engajados em movimentos sociais. 2015. 238f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/134799>>. Acesso em: 05 mar 2019.

HEIDEMANN, Francisco G. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento**. Brasília: EdUNB, 2009. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/10/docs/do_sonho_do_progresso_as_politicas_de_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2017.

HENRIQUES, Simeone Márcio. A dinâmica da comunicação para a mobilização social nas práticas da extensão universitária. **Revista Interfaces**, v.5, n.3, p. 24–34, 2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/6/pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137–160, 2005. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222/227>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

LISBÔA, Maria da Graça Portela; GODOY, Leoni Pentiado. Aplicação do Método 5W2H no processo produtivo do produto: A Joia. **Revista Ibero Americana de Engenharia Industrial**, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 32–47, 2012. Disponível em: <<http://stat.ijie.incubadora.ufsc.br/index.php/IJIE/article/viewFile/1585/pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

LUCKMANN, Luiz Carlos; BERNART, Eliezer Emanuel. Da universidade clássica à universidade brasileira: aproximações e desdobramentos. **Revista Unoesc e Ciência**, Joaçaba, v. 5, n. 2, p. 211–220, 2014. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/view/5786/pdf_44>. Acesso em: 21 jun. 2018.

MACÊDO, BrianTeles Fonseca de. **História da Universidade no Brasil: uma análise dos bacharelados interdisciplinares da UFBA**. 2014. 86f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) - Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16203/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20BRIAN%20MACEDO.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOHRMAN, Kathryn; MA, Wanhua; BAKER, David. The Research University in Transition: The Emerging Global Model. **Higher Education Policy**, v. 21, n. 1, p. 5-27, 2008. Disponível em: <<http://www.fisio.fmed.edu.uy/Documentos%20Depto/Anexo%20I.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NETO, Manuel Domingos. **O Militar e a Ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

NEZ, Egeslaine De. Indissociabilidade Do Ensino, Da Pesquisa E Da Extensão Na Universidade Contemporânea. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, Mato Grosso, v. 3, n. 1, p. 46–60, 2013. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/educacao/article/view/1128/808>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 119–133, 2011. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/60/89>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

OLIVEIRA, Maria Jeanna Sousa dos Santos. O Estado do Amapá e a origem da UNIFAP: projetos de inclusão social. **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, v.6, n. 7, p. 129–140, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/2239/jeannan7.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica. **Revista Urutágua**, v.4,, n. 24, p. 132 - 146, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/10698/7171>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

PAES, Evandro Silva; ARAUJO, Elvira Aparecida Simões; KAMIMURA, Quésia Postigo. Pós - Graduação ou Certificação em projetos, vantagens e desvantagens. Congresso Internacional de Cooperação Universidade-Indústria. **UNINDU**, Taubaté, v.8, n.3, p. 1 - 18, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf334.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

PAULA, Maria de Fátima De. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Revista Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 71–84, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141440772009000100005&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 25 jun. 2018.

PAULA, João Antônio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, 2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

PAULA, M. de F. C. de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social Rev. Sociol.**, São Paulo, v. 14, n.4, p. 147–161, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v14n2/v14n2a08.pdf>>. Acesso em:

18 jun. 2018.

PEREIRA, Lucas Batista. Extensão Universitária e Políticas Públicas. **Revista Extensão & Cidadania**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 91–104, 2013. Disponível em: < http://periodicos.uesb.br/index.php/recuesb/article/viewFile/5440/pdf_354>. Acesso em: 18 fev. 2019.

PIMENTEL, Alessandra; RUBIM, Antônio Albino; BASTOS, Antônio Virgílio; EMBIRUÇU, Marcelo; MARINHO, Maerbal. NERY, Márcia; PONTES, Márcia; FILHO, Naomar de Almeida. **Projeto pedagógico dos Bacharelados Interdisciplinares**. Salvador: EdUFBA, 2008. Disponível em: <https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/implant_reuni.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2018.

PINA-OLIVEIRA, Alfredo Almeida. **Avaliação transnacional de extensão em núcleos acadêmicos (ATENA)**: estudo de casos múltiplos sobre a promoção do desenvolvimento infantil. 2014. 255f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Programa de Pós – Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: < www.teses.usp.br/teses/.../7/...16042015.../TeseAlfredoAlmeidaPina_Oliveira2014.pdf >. Acesso em: 20 set. 2018.

PINTO, Isabela Cardoso de Matos. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 12, n. 1, p. 27–36, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3832/1960>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PONTE, Cyntia I. R. Vivas; TORRES, Marco Antônio Rodrigues; MACHADO, Carmen Lucia Bezerra; MANFRÓI, Carlos Waldomiro. A extensão universitária na Famed/UFRGS: cenário de formação profissional. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 4, p. 527–534, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022009000400003&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 16 set 2018.

PORTOCARRERO, V. **As ciências da vida – de Canguilhem a Foucault**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES. Geraldo Vandré, 1968. Disponível em: < <https://www.letras.mus.br/geraldo-vandre/46168/>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

RAEDER, Savio Túlio Oselieri. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 121–146, 2014. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/856/550>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RAMOS, Marília. Aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas públicas e programas sociais. **Planejamento e Políticas Públicas**, v.13, n. 32, p.

95 - 114, 2009. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/11/16>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, M. **Universidade brasileira pós-moderna: democratização x competência**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1999.

RODRIGUES, Jessica do Nascimento; OLIVEIRA, Aline Lima; QUEIROZ, Edileuza Dias. Universidade e formação de educadores ambientais críticos. **Educação: teoria e prática**, v. 23, n.4, p. 90–105, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/304446620_Universidade_e_formacao_de_educadores_ambientais_criticos>. Acesso em: 2 jul. 2018.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Extensão universitária: um conceito em transformação. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, 16, 2012, Campinas. **Anais...** Campinas: Editora da UNICAMP, 2012, p. 6044–6052. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/1042006/extens%C3%A3o-universit%C3%A1ria--um-conceito-em-transforma%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A encruzilhada da Universidade Europeia. **Revista do SNESup**, v. 41, n.33, p. 1–8, 2011. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A_encruzilhada_da_Universidade_Europeia_Set11.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

_____ **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____ A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.44, n. 80, p. 11-43, 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/691>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

_____ **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____ **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

_____ Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.55, n. 63, p. 237–280, 2002. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1285>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SANTOS, Boaventura de S.; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 17. ed.

Campinas: Autores Associados, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007

SILVA, Ilze Gomes. A reforma do Estado Brasileiro nos anos 90: processos e contradições. **Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais**, v.4, n. 7, p. 01 - 09, 2001. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18778/13962>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

SILVA, Jorge Paiva da; OURIQUE, Maiane L. H. A expansão da educação superior no Brasil: um estudo do caso Cesnors. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 233, p. 215–230, 2012. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/467/453>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

SILVA, Luciane Duarte Da. **A Gestão da Extensão Universitária: uma nova sinergia entre os três pilares da educação superior universitária**. São Paulo:[s.n], 2013. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ198.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

SILVA, O. da. **O que é extensão universitária. Integração: ensino, pesquisa e extensão**. São Paulo:[s.n], 1997.

SILVA, Silvana Nascimento da. **Gestão estratégica da extensão em uma universidade pública: o caso da Universidade Federal do Pará**. 2016. 133f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade da Amazônia, Belém, PA, 2016. Disponível em: <http://www6.unama.br/ppad/download/dissertacoes/dissert_2016/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Silvana%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

SIMÕES, Cassiana Ferreira. **Da democratização do acesso ao desafio da permanência: a experiência dos cotistas sociais do instituto de ciências da sociedade e desenvolvimento regional da Universidade Federal Fluminense – ESR/UFF**. 2018. 156f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós – Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campo dos Goitacazes, RJ, 2018. Disponível em: <<http://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2018/05/CASSIANA-FERREIRA-SIM%C3%95ES.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

SINGER, Paul. A universidade no olho do furacão. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 42, p. 305–316, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a16.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologia**, Porto Alegre, v.4, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no Século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 15 abr.2017.

TRINDADE, Hélió. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. **Revista Estudos Avançados**, v. 14, n.3, p.33-38, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n40/v14n40a13.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Campus de Binacional**. Macapá, 2019. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/oiapoque/campus-binacional-do-oiapoque/historico/>>. Acesso em: 02 fev.2018.

_____. **Campus de Santana**. Macapá, 2019. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/santana/2-2/historico/>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. **Relatório de Gestão PROGRAD**. Macapá, 2018. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/prograd/files/2018/09/RELAT%C3%93RIO-GEST%C3%83O-PROGRAD1.pdf>>. Acesso em: 17 ago.2017.

_____. **Orçamento**. Macapá, 2017. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/orcamento/orcamento-2017/>>. Acesso em: 02 fev de 2018.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): 2015-2019**. Macapá, 2015. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/pdi/files/2009/08/PDI-2015-2019-UNIFAP.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Plano de Extensão da Universidade Federal do Amapá**. Macapá, 2009. Disponível em: <http://www.unifap.br/public/index/download/page/2/id/78674/id_documento/17>. Acesso em: 17 de ago. de 2017.

_____. **Resolução nº 009/2006/CONSU-UNIFAP**. Macapá, 2006. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/dex/files/2011/07/RESOLU%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 17 de ago. de 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIANNA, H.M. Acesso à universidade: análise de alguns modelos alternativos de seleção. **Educação e Seleção**, v.4, n. 13, p. 71-77, 1986. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/edusel/article/view/2603/2557>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

VIERO, Tatiane Vedoin; Tauchen, Gionara. **Programa de Extensão Universitária: análise das concepções e perspectivas no âmbito da educação em ciências**. [S. l.]: ANPED, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/387/724>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

WANDERLEY, L. E. **Coleção Primeiros Passos - O que é Universidade**. São Paulo: Cortez, 1989

ZIRGER, Juliana. **Formação Política na Universidade**: possibilidades a partir de convivências na extensão / UFRGS. 2013. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77235/000896381.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo De Consentimento Livre E Esclarecido¹⁹

Prezado (a) Entrevistado (a),

Eu, Cássia Plácido de Oliveira, aluna do PPGPP/MPPPP da UECE, sob a matrícula 004.017, orientanda do Prof.º Dr.º Francisco Horácio da Silva Frota e coorientanda da Prof.ª MSc. Maria Andrea Luz da Silva, venho, por meio deste, convidá-lo (a) para participar como colaborador (a) da pesquisa intitulada “Extensão Universitária: o projeto UNIENEM e a relação de integração entre universidade e sociedade”, cujo objetivo é investigar o projeto de extensão UNIENEM evidenciando a relação de integração entre universidade e sociedade. Para tal, é necessário obter certos dados por meio de grupos focais e entrevistas semiestruturadas com o diretor do departamento de extensão, os professores, coordenadores e discentes que fazem parte do projeto. As informações prestadas terão suas identidades mantidas sob sigilo, sendo utilizados nomes fictícios para garantir o anonimato dos participantes, além de permitir, em qualquer momento, sua retirada da pesquisa sem nenhum tipo de penalidade. Informo, ainda, que os resultados serão utilizados, prioritariamente, no referido trabalho, podendo, também, serem publicados em todo e qualquer tipo de evento acadêmico-científico nacional-internacional. Assim, agradeço, desde já, sua enorme contribuição e coloco-me à inteira disposição para possíveis dúvidas e esclarecimentos.

Eu, _____, declaro que li o presente termo e concordo em participar, voluntariamente, da pesquisa intitulada “Extensão Universitária: o projeto UNIENEM e a relação de integração entre universidade e sociedade”, estando ciente de que todas as informações prestadas terão suas identidades mantidas sob sigilo e que os resultados da pesquisa serão utilizados, prioritariamente, no referido trabalho, podendo, também, serem publicados em evento acadêmico-científico nacional-internacional.

Macapá-AP, ____/____/____.

Entrevistado-colaborador

Aluna-pesquisadora PPGPP/MPPPP – Cássia Plácido de Oliveira

¹⁹Fonte: Documento adaptado da dissertação de mestrado de Guimarães (2017).

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o coordenador geral do UNIENEM

1. Qual o seu entendimento sobre extensão universitária?
2. Quando se originou o projeto de extensão UNIENEM?
3. Quais são as dificuldades e desafios do projeto?
4. Como o projeto se desenvolve? É realizado o acompanhamento e avaliação dos seus resultados?
5. Como você vê a relação de integração entre universidade e sociedade através desse projeto?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com a Diretora do Departamento de Extensão Universitária

1. Como tem sido desenvolvido a política de extensão na UNIFAP?
2. Qual o seu entendimento sobre extensão universitária?
3. Gostaria que você comentasse sobre o projeto UNIENEM.
4. Como os projetos de extensão são avaliados?
5. Como você vê a relação de integração entre universidade e sociedade através desse projeto?

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista com os discentes que participaram do Projeto UNIENEM e ingressaram na universidade

1. A partir da sua experiência, o que mudou na sua vida após ter participado do projeto?
2. Quanto tempo fez parte do projeto e qual sua dificuldade de inserção na universidade pública?
3. Como você avalia o projeto de extensão UNIENEM? Justifique.
4. Como você vê a relação de integração entre universidade e sociedade através desse projeto?
5. Qual o seu entendimento sobre extensão universitária?

APÊNDICE E – Roteiro para o grupo focal com os discentes que participaram do projeto UNIENEM e não ingressaram na universidade

1. A partir da sua experiência, o que mudou na sua vida ao participar do projeto?
2. Os conhecimentos adquiridos no projeto são suficientes para atingir seus objetivos? Justifique.
3. Há quanto tempo faz parte do projeto e qual sua dificuldade de inserção na universidade pública?
4. Como o projeto de extensão UNIENEM poderia ter mais efetividade?
5. Como você avalia o projeto UNIENEM? Justifique.
6. Como você vê a relação de integração entre universidade e sociedade através desse projeto?
7. Qual o seu entendimento sobre extensão universitária?

APÊNDICE F – Roteiro para o grupo focal com os professores do projeto UNIENEM

1. Qual o seu entendimento sobre extensão universitária?
2. Gostaria que você comentasse sobre o projeto UNIENEM.
3. Quando ingressou no projeto de extensão UNIENEM (razões) e quais seus desafios e dificuldades?
4. Como você avalia o projeto de extensão UNIENEM? Justifique
5. A partir da sua experiência, o que mudou na vida dos participantes ao fazerem parte do projeto?
6. Como você vê a relação de integração entre universidade e sociedade através desse projeto?
7. Quais as suas expectativas futuras quanto ao projeto de extensão?